



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

**SINDICALISTAS RURAIS: MILITÂNCIA SINDICAL E PARTICIPAÇÃO NA
POLÍTICA PARTIDÁRIA**

FORTALEZA

2013

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

SINDICALISTAS RURAIS: MILITÂNCIA SINDICAL E PARTICIPAÇÃO NA
POLÍTICA PARTIDÁRIA

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino

FORTALEZA

2013

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

SINDICALISTAS RURAIS: MILITÂNCIA SINDICAL E PARTICIPAÇÃO NA
POLÍTICA PARTIDÁRIA

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Sociais do Departamento
de Ciências Sociais da Universidade
Federal do Ceará, como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 02 /08 /2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. José Estevão Machado Arcanjo
Universidade Federal do Ceará

*A minha mãe Fátima, meu pai Eugênio,
minha irmã Emanuela e meus irmãos
Júnior e Hildegartton.*

*À memória de minha avó Elisa e meu tio
José.*

AGRADECIMENTOS

Tantos são aqueles e aquelas a agradecer, que o simples receio de que o nome de alguém não me venha à mente já é capaz de promover esquecimentos, por isso, de imediato, peço desculpas a qualquer nome que não tenha sido citado. A gratidão pessoal fala muito mais do que as palavras aqui escritas. A ordem de aparecimento, não está relacionado ao nível de importância de cada um.

Agradeço àquela força superior que convencionou-se chamar de Deus.

A meus pais, Fátima e Eugênio, sou inteiramente grato por todo o esforço que fizeram e continuam a fazer por mim e por toda a família todos os dias do ano. O esforço deles me serve de inspiração. Por absolutamente tudo, muito obrigado!

A meus irmãos Júnior e Hildegarton e minha irmã Emanuela, pela presença em minha vida e ajuda dada nos mais diversos momentos de toda a minha trajetória, a Emanuela também agradeço por acreditar em mim e me incentivar nos instantes mais difíceis. Muito Obrigado! Agradeço também a meus sobrinhos – Higo, Hiago, Eduarda e Deivid, sou grato pelo sorriso e alegria que promovem. Às cunhadas Elane e Fagyane, agradeço e dou-lhes boas-vindas à família. Sou grato à minha avó Elisa, que morreu antes de minha conclusão do curso e que mesmo talvez sem entender ao certo o que faço, sempre me abençoava dizendo: “Seja bem feliz nos seus estudos!”. Hoje, posso dizer que estou tentando fazer isso.

A Rycardo sou grato por sua amizade, disponibilidade, incentivos, empréstimos de materiais e internet para esta pesquisa, por conversas, discussões profundamente instigantes vindos de uma mente tão inquieta, pela determinação empolgante, capacidade crítica e pela maturidade que inspiram. A Wegley por seu humor (frequentemente político), percepção arguta sobre as coisas, por sua amizade. A Olga, por sua visão política em torno do profissional de educação e do sociólogo, numa cidade marcadamente clientelística e, sem exageros, com o ranço do coronelismo. Suas percepções sobre a necessidade de que as coisas mudem, me são estimulantes, e todos vocês me instigam a pensar a vida e a cidade, onde sempre morei, de maneira crítica e com vistas às possibilidades de mudança.

A Herson, João Paulo, Léo David, Régis, Saulo e Valéria pela amizade individual e ao mesmo tempo coletiva, que não daria para agradecê-los de maneira

separada. Agradeço a eles pelos anos de faculdade compartilhados juntos, angústias e alegrias divididas, pela força dada nos instantes difíceis, pelas risadas, muitas risadas, que tornaram os dias mais agradáveis, além das inúmeras besteiras faladas, que serviram e servem para a descoberta do enigma: “o que é a vida?”

A Caio e a Josileine, sou grato pelas alegrias vivenciadas e divididas, sem contar as discussões em meio a problematizações da vida cotidiana, sobre lugar onde se vive. Suas atuações políticas fora de instâncias partidárias, me inspiram bastante para pensar aquilo que chamam de papel político do profissional. A Jô também devo agradecimento pelas mensagens que me serviram para suavizar os instantes de maior aflição, mesma função desempenharam as mensagens de teor semelhante enviadas por Léo David e Emanuela.

A Marcela, a Saruana, a Andreia, a Francisca, a Bruna e a Eliakim, sou grato pelas muitas conversas, viagens compartilhadas em congressos, bate-papos nos corredores do departamento, alegrias que serviram para pensar a vida de maneira mais positiva. A Eliakim também não poderia deixar de agradecer suas ajudas dentro e fora do departamento.

A Eudênia, Mariana e Danielle agradeço pela convivência em distintos momentos, em congressos, em sala de aula, eventos etc. Vida vivida em diferentes contextos, nem sempre juntos, ainda mais agora geograficamente afastados.

Sou muito grato ao professor Jakson Aquino pelas orientações diretas e objetivas que me ajudaram a seguir com a pesquisa, organizaram meu pensamento, me auxiliaram no modo como eu posso pensar o tema, todas elas foram de muito proveito. Sou extremamente grato por ter aceitado orientar este aprendiz de pesquisador de escrita truncada (e outros tantos erros) num período conturbado de minha vida. Muito obrigado! O seu rigor teórico e metodológico me ajudam bastante. Todos os erros que aqui continuam são de total responsabilidade minha.

Ao longo de todo um (per)curso como este, não posso deixar de agradecer aos professores do Departamento de Ciências Sociais, a Sociologia me ajudou a desenvolver uma compreensão mais ampla sobre as pessoas, sobre os fenômenos, sobre minha própria vida etc.

Não posso esquecer de agradecer aos entrevistados 01, 02 e 03, que tornaram possível a pesquisa e diante da importância de manter oculto seu nomes, agradeço às

entidades que alguns deles pertencem. Agradeço a receptividade e a importância que viram em abrir as portas para pesquisadores ou no meu caso, para um aprendiz: Obrigado ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará.

Agradeço também a agricultores e fazendeiros que mesmo não participando diretamente das entrevistas, me possibilitaram a partir de conversas, o acesso a informações de teores distintos e a pensar o sindicalismo. Agradeço a todos, e pessoalmente, espero que o campo possa se transformar em lugar mais democrático, com reformas que possibilitem o acesso à terra e promovam a autonomia política e econômica por parte dos agricultores.

Uma classe que desfralda diante da sociedade a bandeira de reivindicações determinadas e aspira a realizar um conjunto de ideologias ou de ideias a partir das funções econômicas que exerce tem necessidade de uma organização. Quer se trate, na realidade, de reivindicações econômicas ou políticas, a organização se revela como o único meio de criar a vontade coletiva. E na medida em que ela repouse sobre o princípio do menor esforço, isto é, da maior economia de forças, a organização é, na mão dos fracos, uma arma de luta contra os fortes.

Robert Michels – *Sociologia dos Partidos Políticos*

RESUMO

O trabalho constitui-se em uma análise sobre a relação entre sindicatos e partidos políticos. O estudo empírico se desenvolveu no contexto de uma pequena cidade do interior do Estado do Ceará, marcada por uma política clientelística, uma economia estagnada e o personalismo nas relações, aspecto que adentra as instituições formais. Neste mesmo município, o sindicato de trabalhadores rurais desenvolve fortes relações com o Partido dos Trabalhadores (PT) pelo compartilhamento de ideias e de militantes, onde alguns integrantes do sindicato mobilizam votos para candidatos deste partido. Utilizou-se a chamada sociologia relacional na intenção de compreender as relações entre estes atores e as instituições locais, em especial, o PT, com o objetivo de elaborar as possíveis hipóteses explicativas para esta proximidade. Afinal, qual o sentido dessa relação, desse apoio? Porque sindicalistas mobilizam votos para candidaturas desse partido? A hipótese inicial, de que a relação se desenvolvia com a intenção de se acessar bens coletivos para os trabalhadores, mostrou-se generalista, por não captar a complexidade das possibilidades explicativas, já que, a partir dos dados encontrados, por meio de entrevistas e análises prévias da atuação do sindicato constataram-se diferentes justificativas para esta relação tão próxima entre essas duas instituições a nível municipal. Disso, pode-se ainda dizer que as possíveis explicações dadas pelos entrevistados disputam, dentro do campo político, legitimidade sobre quem detém “a verdade” na explicação da relação sindicato-partido.

Palavras-chaves: Sindicalismo Rural, Sociologia Relacional, Relação Sindicato-Partido.

ABSTRACT

The paper presents an analysis on the relationship between trade unions and political parties. The empirical study was developed in the context of a small town in the state of Ceará, marked by clientelistic politics, a stagnant economy and personalism in relationships, an aspect that enters formal institutions. In this same city, the rural workers union develops strong relationships with the Workers Party (PT) by sharing ideas and militants, where some members of the union mobilize votes for candidates of that party. We used to call relational sociology in an attempt to understand the relationships between these actors and local institutions, in particular the PT, in order to elaborate the possible explanatory hypotheses for this proximity. After all, what is the meaning of this relationship, this support? Because union members mobilize votes for candidates of that party? The initial hypothesis, that the relationship was developed with the intention of accessing collective goods for the workers, was too general, not capturing the complexity of possible explanations, since, from the data obtained through interviews and previous analyzes of the performance of the union we found different reasons for this relationship so close between these two institutions at the municipal level. Moreover addition, one can even say that the explanations given by respondents represent a dispute over “the truth” about the union-party relationship.

Keywords: Unionism Rural, Sociology Relational, Relationship-Union Party

LISTA DE SIGLAS

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT Central Única dos Trabalhadores

DNOCS Departamento Nacional de Obras contra a Seca

FECOMARA Federação das Entidades Comunitárias de Aracoiaba

FETRAECE Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS Instituto Nacional de Seguridade Social

LCT Legião Cearense do Trabalho

MAB Movimento dos Atingidos por Barragens

MST Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONG Organização Não-Governamental

PCB Partido Comunista Brasileiro

PCdoB Partido Comunista do Brasil

PDT Partido Democrático Trabalhista

PMA Prefeitura Municipal de Aracoiaba

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT Partido dos Trabalhadores

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

P-SOL Partido Socialismo e Liberdade

PSTU Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TdL Teologia da Libertação

Sumário

Introdução	13
1 - Aspectos conceituais	16
1.1-Sindicatos e Sindicalismo	16
1.1.1 – Orientações Analíticas sobre Sindicalismo no Brasil	19
1.1.2 – Sindicalismo Rural: Particularidades e o caso cearense.....	24
1.1.2.1 – O Estado Brasileiro e os Sindicatos.....	33
1.1.2.2 - Os Partidos Políticos e suas Relações com os Sindicatos.....	36
1.2 – Robert Dahl e suas Orientações para análise política	39
1.2.1 – Os Sistemas políticos.....	41
1.2.2 – A influência Política	42
1.3 – A Sociologia Relacional, As Redes e o Campo Político	43
1.3.1 – A Sociologia Relacional ou como os indivíduos se interdependem	43
1.3.2 – A sociedade como uma rede	44
1.3.3 - Campo e Capital Político e Social	46
2 – Aspectos sociais, políticos e econômicos de Aracoiaba	49
2.1 – Aspectos gerais.....	49
2.2 – Economia e sociedade.....	51
2.3 – Das relações políticas.....	54
3 – O sindicato e sindicalismo pelos sindicalistas: discursos oficiais	58
3.1 – A pesquisa e os entrevistados.....	58
3.2 – A organização sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais de Aracoiaba	60
3.3 – Relações entre o sindicato, instituições e governos.....	64
3.4 – Da relação com os “Interlocutores”: Sindicalismo e Partidarismo	72
4 – Contrapontos: cotejando e analisando discursos (relatos)	78
Considerações Finais	83
Referências Bibliográficas	89

Introdução

Partidos e sindicatos em muitos países desenvolveram relações bastante próximas. No Brasil não é diferente, a concepção de que um aparelho político possa ser utilizado para que uma classe econômica obreira possa se tornar melhor organizada e agir politicamente com vistas a instrumentalizar seus ideais, têm já no clássico *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx um modelo a seguir.

Robert Michels em seu ensaio *Sociologia dos Partidos Políticos* também reconhece a necessidade da organização política daqueles que se reconhecem como fracos em meio a relações sociais, econômicas e de trabalho, mostrando ser a coordenação, a organização, uma possível saída para este problema, ao passo que essa estratégia organizativa pode deparar com problemas, a tendência à oligarquia e a consequente falta de democracia do grupo. Aliás, a grande pergunta de Michels é sobre a possibilidade da democracia em meio à inevitável tendência à elitização nas instituições partidárias e sindicais.

Ao longo da historiografia sindical brasileira, a relação com partidos é intensa e não só com estes, pois surge também entremeada ao Estado brasileiro, outras organizações que também aparecem numa relação constante com os sindicatos, como igreja, sociedades discretas e grupos anarquistas.

A presença dessas entidades no âmbito do movimento operário é sempre no sentido de tentar organizá-los e orientá-los ideologicamente, mas também deve-se considerar que não necessariamente se tratava de uma intromissão, uma vez que alguns desse atores operários também pertenciam àquelas instituições, disseminando no movimento as ideias das instituições a que pertencem, ideias que também são suas.

É essa relação entre instituições que esta pesquisa se baseia, com o objetivo de se analisar a relação entre sindicatos e partidos políticos, e de maneira mais específica busca-se desenvolver hipóteses explicativas capazes de justificar a relação entre um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais em um pequeno município do interior do Estado do Ceará e o Partido dos Trabalhadores – PT, daquele município.

A cidade em questão é Aracoiaba, município que durante quase toda minha vida habitei, mas a escolha do sindicato não é exclusivamente pelo caráter do lugar em comum, mas pelo envolvimento aberto entre sindicalistas e candidatos a cargos eletivos,

em especial os candidatos a deputados estaduais e federais, chegando a denomina-los de “interlocutores”.

A hipótese inicial era óbvia, os sindicalistas se mobilizariam com o objetivo de conquistar votos para deputados, e posteriormente estes tenderiam a desenvolver projetos, políticas públicas, programas direcionados, principalmente, para as regiões de onde receberam os votos. Esta seria uma estratégia por parte dos sindicalistas e dos agricultores rurais, um voto unificado, com um objetivo geral de acessar políticas em benefício do grupo, dos agricultores.

No entanto, a complexidade da realidade revelada pela pesquisa empírica, me levou a reconsiderar a hipótese inicialmente formulada. Primeiramente, detectou-se uma leve diferença no teor dos dados encontrados, conforme o recurso investigativo deixa de ser o formulário e passa a ser a entrevista pessoal e informal; segundo, em meio ao próprio discurso de entrevistados encontram-se ambiguidades; e terceiro, os diferentes atores narram experiências distintas de um mesmo evento, a relação entre sindicalistas e candidatos.

Deparei-me com o fato de estar pesquisando dentro da pequena cidade em que morei durante anos e que volto com o olhar de pesquisador. Alguns dos entrevistados aqui são pessoas que conheço de longa data, conheço suas posições políticas e modos de pensar, a entrevista gravada se estabelece em meio à necessidade de se ter um documento formal para a análise, uma vez que eu já previa e até já sabia algumas respostas.

Por esses motivos, as gravações foram somente três, duas com sindicalistas, sendo que um deles hoje integra a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, o outro integrou o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba, enquanto o terceiro, é um ex-militante do PT. Perfazendo quase sete horas de entrevistas informais.

Inicialmente, se estabelecerá alguns conceitos que aqui serão analisados e utilizados, já que se seguirá as orientações de Robert Dahl para a análise política moderna. Ao mesmo tempo em que, neste primeiro capítulo, analisa-se o sindicalismo, este que é o grande tema desta pesquisa atentando-se para seus aspectos históricos e analíticos, sem deixar de se discutir duas importantes relações estabelecidas pelos sindicalistas: com o Estado e com os partidos.

Segue-se posteriormente com uma opção metodológica baseada na chamada sociologia relacional, que busca voltar-se para uma análise das relações entre os atores, com foco nos vínculos, nas teias de interdependência entre as pessoas que interagem, concebendo-se esta sociedade como que formada por uma extensa rede de inter-relações.

Como estes atores desenvolvem suas relações em um lugar social específico, um sindicato e um partido político, os conceitos de campo e de capital político são tomados de Bourdieu como possibilidade explicativa para o estudo dessas relações. Além desses, outros conceitos do autor também serão apresentados brevemente.

A pesquisa empírica inicia-se com uma exposição sobre a cidade em que o sindicato em questão está inserido, trata-se de uma espécie de ensaio despretensioso, já que a cidade praticamente não conta com trabalhos de pesquisa histórica ou etnográfica voltados para quaisquer temas.

O terceiro capítulo é voltado para o sindicato estudado. Nele são apresentados os entrevistados, também são demonstrados aspectos da formação da entidade, a relação entre o sindicato ou sindicalistas e diversas instituições entre eles os partidos. Aqui já são encontrados algumas ambiguidades nos discursos apresentados.

No quarto e último capítulo encontramos os contrapontos aos relatos apresentados até aquele momento. O objetivo é não indicar quem está faltando com a verdade, mas fomentar ainda mais a discussão e as possíveis hipóteses explicativas para a pergunta: de que modo se relacionam sindicatos e partidos políticos? O que motiva a relação entre eles de modo a fazer com que sindicalistas mobilizem votos para candidatos? Ao final percebe-se, que essas hipóteses explicações distintas oferecidas pelos entrevistados, parecem ainda se configurar como possíveis disputas por legitimidades dentro do campo político.

1 - Aspectos conceituais

Dahl (1988) propõe que a análise política inclua uma definição, uma elucidação acerca dos significados dos sentidos dos termos utilizados. Para este autor, isso se faz necessário enquanto se executa a avaliação política para que se possa saber precisamente do que se está falando, a partir dos termos utilizados.

A respeito dessa conduta para análise, ele a chama de *orientação semântica* e como Nogueira Filho (2012b) menciona, “é a especialidade que trata do significado das palavras e dos conceitos” (p.18), tendo em mente que sem a devida elucidação dos termos utilizados “podemos chegar a várias conclusões nem sempre semântica ou tecnicamente corretas” (p.18) sobre os conceitos utilizados.

Dahl (1988) ainda nos adverte da importância deste método, já que o uso de certos conceitos como “coerção”, “democracia”, “poder”, comuns na análise de políticas, por exemplo, podem soar ambíguos, uma vez que corre-se o risco de não saber se a concepção que o leitor tem sobre estes termos é a mesma do autor que escreve e analisa a política. Além disso esses termos variam conforme quem analisa, pois não possuem significado igual entre cientistas políticos ou filósofos políticos.

Um possível problema decorrente de tal procedimento seria, segundo este autor, relacionado ao fato de que, pode-se correr o risco de se chegar a uma regressão infinita, já que “por trás de cada premissa encontramos, normalmente, outra premissa.” (p. 25). Mas o autor nos assossega afirmando que “toda análise admite, no ponto de partida, alguns pressupostos que não são discutidos”. (p. 25, 26), isso porque alguns termos, simplesmente não precisariam de definição.

Deste modo, a partir de agora, desenvolverei uma exploração em torno dos conceitos e termos que serão utilizados ao longo desta monografia. A partir da indicação semântica, dos termos utilizados aqui, tal como propõe Dahl, busca-se compreender melhor os conceitos que mais aparecerão ao longo deste trabalho.

1.1-Sindicatos e Sindicalismo

Ao se estudar aspectos históricos, sejam eles quais forem, algumas vezes parece existir um risco de que se fique “limitado” aos acontecimentos encontrados e aos documentos achados. Esses dois elementos podem nos prender, pois nossas conclusões passam a ser decorrentes somente daquilo que nós “descobrimos” em meio à atividade de pesquisa. Limitamo-nos ao nossos achados.

Isso, é bem verdade, parece ocorrer não só quando se trata de aspectos históricos, como sobre qualquer conhecimento que se tenha sobre o que quer que seja. O mundo parece ser sempre o limite de nossos conhecimentos. Deste modo, não ocorrerá muito diferente nesta pesquisa, é a partir das análises feitas por alguns pesquisadores que busco de maneira simples avaliar o processo de desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, aliados posteriormente, aos achados da pesquisa de campo com um estudo de caso.

Sindicalismo, a temática é persistente, e existe uma pluralidade de pesquisas sobre este assunto no Brasil. O simples mergulho no tema nos traz como desafio a necessidade de refinar a busca, não para se encontrar o(a) melhor pesquisador(a) ou a pesquisa mais bem elaborada, mas para que se possa encontrar aquilo que mais se aproxima dos primeiros achados e possa servir de instrumento para nortear a pesquisa, bem como para o próprio pesquisador enquanto tal.

O fato de haver uma quantidade mais que razoável de pesquisas sobre o tema sindicalismo e partidos políticos, traz consigo um outra dificuldade, a de se buscar meios de análise que, de algum modo, apresentem algum elemento que possa ao menos apresentar algo de novo, um elemento que possa garantir, quem sabe, novos horizontes em termos de análise. Isso é algo difícil, pois implica, a depender do caso, em propor rupturas e a elaboração de novas abordagens teórico-analíticas. No entanto, este simples trabalho apenas se ocupa de uma breve análise sobre o tema e sua relação com os partidos políticos, num contexto de uma pequena cidade do interior do Ceará.

O assunto sindicalismo, em razão de uma grande quantidade de produção acerca do tema, não é por assim dizer um “algo novo”, se é que ainda existe alguma coisa com essa possibilidade de classificação nas ciências sociais. No entanto, muitas são as chances em que de forma direta ou indireta as temáticas relacionadas ao sindicalismo podem surgir, por exemplo: a ideia da classe operária, a ação coletiva, a democracia sindical, o corporativismo sindical, o “novo” e o “velho” sindicalismo, sua estrutura

organizacional, suas relações com partidos e políticos etc. alguns destes temas além de outros, de algum modo, aparecerão neste trabalho.

Ao que parece, de acordo com a produção sobre sindicatos no Brasil, os sindicatos foram formados e, desde cedo, tiveram como um indutor algo estranho ao seu caráter associativo, seus princípios e funções, o Estado, que por meio de sua força, inclusive física, mas também legitimada jurídico-formalmente pode exercer por sobre aquele diversas formas de influência, por meio de vantagens e benefícios. Daí advém a ideia de sindicalismo corporativo de Estado (COSTA, 1996; BOITO JR., 1994).

Grosso modo, pode-se ainda afirmar que a literatura sobre o sindicalismo é, em alguns casos, alvo senão de generalizações ao menos de produções que, de algum modo, careceriam de maior precisão. Percebe-se que parte considerável das publicações quando tratam de sindicalismo, com relativa frequência estão a se referir ao sindicalismo urbano, em especial ao desenvolvido, principalmente na cidade de São Paulo, na Região do ABC Paulista e/ou na cidade do Rio de Janeiro. Este último aspecto, talvez se dê em função da concentração da produção e do debate acadêmico realizado largamente nesses mesmos lugares.

Mas antes vejamos como o conceito de sindicato será utilizado. Para D'Araújo (1990) o sindicato “se define por sua base socioeconômica assentada no vínculo das atividades profissionais” e continua, “sua agenda pode incluir pontos que variam do mais puro assistencialismo a reivindicações políticas, mas sua base social permanece definida, independentemente da ideologia adotada” (p. 197).

Neste trabalho, o sindicato tal como exposto por D'Araujo será analisado por seus atributos sociais, políticos e econômicos. Além disso, tal como propõe Assumpção (2007) em relação aos partidos políticos, o sindicato será visto como um conjunto marcado pela vinculação entre seus associados, organizados como que por uma rede de compromissos e relacionamentos entre os atores que dele fazem parte. Concordando com Rodrigues (2007) e aqui incluo o sindicalismo no campo sindical, sendo este um recorte do campo político comportando delineamentos deste campo.

1.1.1 – Orientações Analíticas sobre Sindicalismo no Brasil

A respeito do processo de formação dos sindicatos no Brasil, faz-se necessário compreender que associações profissionais e/ou classistas já existiam, ainda que de forma incipiente. Há que se dizer ainda que a produção acerca dessas associações operárias que antecedem a década de trinta ou que coexistiram com o sindicalismo corporativista de Estado posteriormente, existe em um escala bem menor, sendo o período anterior àquela década caracterizado pela predominância dos anarquistas nesses movimentos. (SANTANA, 1999; COSTA, 1996; ANTUNES, 1985; OLIVEIRA, H. C. 2011).

Cioffi (2008) *apud* Moraes (1971), comenta que a “greve precedeu o sindicato, na sua função fundamental de oposição às condições de trabalho impostas” (p. 44). Ele não esquece de observar aspectos históricos, que antecederam a formação oficial do sindicato, mas que já demonstram um caráter associativo de trabalhadores, trazendo a importância dos movimentos anarquistas, de questionamento do Estado e dos partidos e sua influência por sobre os sindicatos.

São identificados, de acordo com Helder Canal de Oliveira (2011), pelo menos cinco correntes, ou facções ideológicas que atuavam no Rio de Janeiro e em São Paulo: os anarco-sindicalistas, os socialistas-amarelos, os comunistas, os trotskistas e os católicos. Ele afirma que a literatura é unânime em reconhecer que na Primeira República, são os anarco-sindicalista, os mais relevantes, sobressaindo-se aos demais.

Este aspecto é, por si, bastante relevante pois demonstra antes de tudo a existência de certo caráter associativo em torno da organização de parte dos trabalhadores, que ainda de forma tímida, se mobilizavam em torno de demandas próprias. Faz-se necessário observar que segundo este mesmo autor, “todas as correntes, exceto os anarquistas, que atuavam no movimento sindical brasileiro quando teve o golpe de 1930, passaram, uns mais rápidos outros mais devagar, a incentivar a oficialização dos sindicatos” (p. 28).

Assim sendo, o sindicalismo que surge no País aparece com a incorporação de diversos setores e na presença de uma diversidade ampla de ideias. É importante, e Michels (1982) nos fala sobre isso, que se atente para a heterogeneidade dos trabalhadores entre estes que compõem o partido ou o sindicato, por isso mesmo chega

a afirmar que “as multidões operárias [...] não representam uma massa cinza, uniforme, compacta” (p. 168).

Outro aspecto a ser levado em conta em termos analíticos relaciona-se ao fato de que muitas pesquisas têm como pano de fundo a região Sudeste, em especial as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (como mencionado acima), fazendo-se necessário atentarmos para os aspectos e as peculiaridades do sindicalismo ou do associativismo operário no Ceará.

Também possuem contornos diferentes o sindicalismo desenvolvido no espaço agrário e no meio urbano. Cada um enfrentando, de acordo com sua conjuntura e estrutura social e política distintas, as dificuldades do associativismo num País de altas taxas de desigualdades socioeconômicas e concentração de capitais, de cultura política entremeada de clientelismo¹, de poucos espaços institucionais de participação política e de “origem” escravocrata.

São de enorme importância as considerações realizadas por Santana (1999), onde encontramos o modo como vem sendo analisado ao longo dos anos o tema sindicalismo no Brasil. Para o autor, as percepções sobre a história do sindicalismo brasileiro, baseiam-se, principalmente em dois elementos, o da ruptura e o da continuidade.

Ruptura, porque, segundo Santana (1999), para uma considerável leva de pesquisadores, encabeçados originalmente por Francisco Weffort, que tornou clássicos os estudos que propunham momentos distintos no sindicalismo antes e depois da década de sessenta, onde o período que antecede a esta década seria marcado pela forte presença dos comunistas (a partir do Partido Comunista Brasileiro – PCB) – formando um sindicato

[...] pautado pelo reformismo nacionalista; pelo controle das massas com vistas a dar continuidade ao ‘populismo’; pelo privilegiamento do Estado, e não da

¹ Considero clientelismo no sentido empregado por Carvalho (1997) que afirma que, “de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto [...]. Ora, qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual”, ou seja, sua base é a troca, uma troca que se estabelece entre desiguais, estabelecendo-se por um padrão de relação patrão-cliente, que contribui para a manutenção dessa mesma desigualdade (VELOSO, 2006). É possível considerar ainda que essa mesma troca desigual possa se desenvolver para além da esfera estatal.

sociedade civil, como espaço de intervenção; pela orientação dirigida para a atuação nos setores decadentes da economia (indústria tradicional) e junto ao setor público; pela prioridade dada aos objetivos políticos em detrimento dos econômicos. (SANTANA, 1999, p. 106)

Em contraposição ao tipo de sindicalismo formado depois dos anos sessenta (pós-64), marcado segundo o Weffort analisado por Santana (1999) pelo que ele denominou de *novo sindicalismo* (aquele seria o *velho sindicalismo*), caracterizando esse período por uma distinção em relação ao momento anterior.

O período pós-64 representa uma ruptura, ou melhor, oferece as bases para uma ruptura, ao nível das elites intelectuais e políticas, da imagem elitista feita sobre a classe operária. O elitismo veio à tona, o que cria a possibilidade de se formular um ponto de vista novo sobre o que pode vir a ser a participação da classe operária em nossa política. (WEFFORT *apud* SANTANA, 1999, p 105).

Na concepção de Marco Aurélio Santana, esta visão de ruptura, ou melhor essa visão ou divisão histórica fundamentada por Francisco Weffort, seria uma visão particular do passado que teria, não seria exagero, estabelecido raízes no que diz respeito à orientação analítica a seguir, passando a ser seguida pelos pesquisadores que sucederam-no.

Considere-se ainda dois aspectos. O primeiro deles relaciona-se ao fato de que o próprio Weffort tinha intenções, na década de setenta, na formação de um partido no Brasil de cunho popular e sindicalista, passando a ter inserções no campo político, participando da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

O segundo aspecto a ser mencionado relaciona-se ao fato de que os próprios sindicalistas passaram a se identificar como pertencentes a um novo sindicalismo, indicando suas diferenças em relação aos anteriores, contribuindo para a formação e a construção de uma imagem de um novo sindicalismo, de fato. Mais que isso, a divisão, por si é, segundo o próprio Santana afirma, um valorização do “novo” em detrimento de uma desvalorização do “velho” sindicalismo.

Este termo “novo sindicalismo” tem sua “origem” na Inglaterra e segundo Favareto (2006) foi utilizado para caracterizar um novo momento da organização operária naquele país, aliás é válido também atentarmos ao fato de que as “origens” da organização sindical encontram-se nos países europeus, acompanhando o próprio

desenvolvimento da economia capitalista (ANTUNES, 1985; LIMA, 2004). Assim o caracteriza Hobsbawm citado por Favareto:

Quando aplicado a seu período de origem, a década de 1880 e o início da década de 1890, o termo novo sindicalismo pode sugerir três ideias. [...] um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos em oposição àquelas já existentes no ‘antigo sindicalismo’. Em segundo lugar, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do movimento operário socialista, em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não organizados ou não organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas seguidas pelos inovadores. Conseqüentemente, também sugere um crescimento explosivo da organização sindical (HOBSBAWM, 1989, p.221 *apud* FAVARETO, 2006, p. 29)

Assim, a crítica que Santana (1999) realiza, insere-se dentro de um amplo debate a ser feito acerca da consolidação de trabalhos, que seguindo determinada tendência, contribui para imprimir um “modo de ser sindical”, que acabou ganhando valor de real em relação a um conjunto de acontecimentos passados. Passado que tendo sido tão diverso e complexo, como mostraram as pesquisas posteriores, acabou sendo posto e enquadrado em um único bojo, que desqualifica o “velho” à medida em que o “novo” é engrandecido. Vejamos outras possibilidades analíticas desenvolvidas.

O outro recurso analítico para o sindicalismo relaciona-se às visões voltadas para não mais uma ideia de ruptura, mas de continuidade em que elementos de um passado persistem ao longo de anos, as pesquisas também desenvolveram-se no sentido de desmistificar alguns pontos consensuais sobre vários aspectos até então não observados ou negligenciados.

As críticas adotam as linhas a expostas aqui: primeiramente, a crítica é feita em torno de uma possível confusão entre as forças sindicais que dominaram nos períodos imediatamente após o golpe de 64 (que inclusive já atuavam no meio sindical), e a atuação dos comunistas antes desse período onde já havia, sim, preocupação em torno da inserção de uma massa de operários.

Costa (1996) é um exemplo desta linha analítica. Mostra ele as relações desenvolvidas entre os comunistas do PCB e o trabalhadores rurais e seus sindicatos, percebe-se pela pesquisa do autor as articulações, as estratégias desenvolvidas e a

atuação dos pecebistas para uma organização sindical e camponesa de cunho ideológico marxista.

Santana (1999) traz ainda ao debate análises como as de Boito Junior que considera que, se houve algo novo, está relacionado ao fato de que as propostas desenvolvidas tinham por objetivo a possibilidade de democratização da estrutura do sindicalismo.

Boito Jr. (1994) é enfático ao explorar a ideia de corporativismo, que para ele não foi eliminado, vigorando ainda no Brasil. Uma persistência, que se remodela a cada nova configuração política do País, alterado pela configuração governamental e do Estado brasileiro, persistindo este elemento, nas relações sindicais, contribuindo sempre para a manutenção de um corporativismo² de Estado.

Esse corporativismo segmenta as classes trabalhadoras em categorias profissionais legalmente definidas, representadas por um sindicato único oficial com poder de tributação delegado pelo Estado, e disciplina e controla a negociação coletiva dos sindicatos (também oficiais e únicos) do patronato. [...] A expressão corporativismo de Estado indica dois aspectos distintos desse tipo de organização e prática sindical. De um lado designa um “egoísmo de fração” (Gramsci) em que cada categoria legalmente constituída tende ao isolamento na defesa de seus interesses específicos. De outro designa o fato de que o conjunto do sistema é legalmente regulamentado e tutelado pelo Estado, bem como a ilusão de representação que parece existir em cada categoria profissional, que se imagina representada no Estado por meio de seu sindicato oficial (BOITO JR., 1994, p. 26)

Diga-se ainda que, Boito Jr. apesar de considerar a existência de um movimento sindical forte e questionador na década de setenta, sua análise está voltada ao fato de que há ainda uma persistência de corporativismo, desenvolvido desde a década de trinta, com Vargas, numa política voltada, principalmente, para o trabalhador urbano, como se viu acima.

² Ainda sobre corporativismo é válida a conceituação de Philippe Schmitter citado por Leôncio Martins Rodrigues: Um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas num número limitado de categoria singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (se não criadas) pelo Estado, às quais se outorga o monopólio de uma representação deliberada no interior das respectivas categorias em troca da observância de certos controles na seleção de seus líderes e na circulação de suas demandas. (SCHMITTER *apud* RODRIGUES, 1990, p. 56)

Enfim, o que se pode afirmar e as observações de Marco Aurélio Santana nos ajudam a perceber isso, é que há definitivamente, construções acerca desse passado, interpretações históricas e sociológicas que passam a se desenvolver em torno do que é supostamente velho e do que pretensamente novo nas práticas sindicais. Sendo esses quadros reforçados pelas pesquisas acadêmicas que seguem essa linha, bem como pelos próprios sindicalistas que incorporavam tal concepção acerca de si, como estratégia discursiva e instrumento de distinção da antiga composição sindical predominante. Para o autor é como se este “novo” sindicalismo carregasse consigo algumas práticas de um modo “velho” de fazer sindicalismo:

[...] é possível afirmar que o “novo sindicalismo” representou a reedição de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo se identificavam com posições progressistas em relação à luta dos trabalhadores. [...] Porém, também como experiências do passado, o “novo sindicalismo” enfrentou, e ainda enfrenta, dificuldades cuja resolução continua sendo um desafio para a classe trabalhadora brasileira. (SATANA, 1999, p. 114)

1.1.2 – Sindicalismo Rural: Particularidades e o caso cearense

O sindicalismo rural e o urbano desenvolveram-se sob formas relativamente diferentes, ganhando contornos próprios, enfrentando dificuldades específicas, inclusive com legislações e regulações diferenciadas, os contextos históricos que os fundam são também distintos (COSTA, 1996; RODRIGUES, 1990; THOMAZ JR., 1998).

Se a década de trinta com o governo varguista é crucial para entendermos o sindicalismo no meio urbano, é a década de sessenta, com o governo de João Goulart, o período capaz de nos fazer compreender o modo como se deu a organização corporativista sindical no meio rural.

Podemos trazer aqui, alguns pontos importantes das organizações dos trabalhadores rurais. Mas, antes é possível estabelecer uma crítica a esses mesmos pontos aqui levantados, primeiramente, são postos aqueles que se tem registro acadêmico e que foram selecionadas como se estivessem como que cartas de um baralho sobre a mesa à espera que o pesquisador os escolha ou os encontre; segundo, pode parecer que, o modo como serão expostos aqui, se possa fazer pensar que todos

esses fatos se desencadeiem como que de maneira racional, ou seja, como se o fato que segue se realizasse intencionalmente em razão exclusivamente do evento imediatamente anterior. Este último aspecto assemelha-se ao que Pierre Bourdieu (1996) chama de *ilusão biográfica*, onde o autor critica as análises que tendem a formular aspectos históricos como elementos que se concatenam de forma lógica e intencional.

Bourdieu critica as construções biográficas, que partem do pressuposto de que a vida é uma história e que esta se faz por uma série de acontecimentos vinculados uns aos outros, como se fosse um caminho em linha reta, que segue um percurso num certo sentido. Assim, para ele, “essa vida organizada como uma história (no sentido de narrativa) desenrola-se segundo uma ordem cronológica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, e também de princípio, uma realização (*telos*)”. (BOURDIEU, 1996). É obvio que, enquanto o autor se refere à construção de uma biografia ou história de vida, refiro-me a ele pela mesma possibilidade de utilizar o mesmo questionamento, quando se trata de analisar aspectos históricos de qualquer outro elemento, não só a biografia.

Mas, dessa escrita sobre o passado e de uma pretenciosa busca de origem é que Foucault (1979) a partir do pensamento de Nietzsche, se questiona sobre a busca histórica acerca das origens, sua crítica se faz como se a história se estabelecesse a partir de um sentido originário e único que segue e se estende ao longo do tempo, por isso ele nos adverte, afirmando que, “o que se tem no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”. (p. 18).

Deste modo, não é minha pretensão estabelecer que os fatos aqui expostos sejam exatamente aqueles que põem fim a qualquer discussão sobre a formação do sindicalismo, seja no meio rural ou no meio urbano, apontando conclusões definitivas sobre eles ou ainda analisar cada acontecimentos como coisas que fundam a realidade concreta dos sindicatos e que levam por uma via única à formação de organizações sindicais, federações ou confederações. Os pontos aqui expostos demonstram instantes de organização, mobilizações operárias que antecedem a ação estatal de organizar os trabalhadores. Os pontos aqui expostos, são antes aspectos, que de algum modo, contribuíram ou pelo menos influenciaram em algum grau para que o aparelhamento obreiro pudesse ocorrer a partir de experiências passadas.

Assume-se factualmente 1962, como o ano em que o sindicalismo no meio rural foi regulamentado por João Goulart, segundo Thomaz Jr. (1998), e ainda de acordo com ele, apesar de ser marcado por recusa a acordos com a oligarquia do campo, que rejeitava o presidente Jango, no entanto, a regulamentação que ocorreu naquele ano “elevou ao extremo, o que se tornou a marca registrada do movimento sindical brasileiro, o corporativismo, o aparelhismo e a referência de ‘ação’ limitada à base territorial de abrangência municipal.” (p. 01).

Mas, organizações de trabalhadores no campo antecedem o período da regulamentação estatal (THOMAZ JR., 1998). O autor afirma que, desde 1903, já haviam movimentos no campo pautados pelo questionamento das condições de trabalho; em 1906, cerca de cem mil trabalhadores teriam integrado o I Congresso Operário Brasileiro (COB), com reivindicações sobre a jornada de trabalho de oito horas por dia, sendo fundado em seguida, a Confederação Operária Brasileira (COB) – uma central sindical –, tendo sido aquele congresso marcado pela presença predominante do operariado urbano e esta confederação pouco atuante em relação às questões do trabalhadores rurais.

Já em meados da década de cinquenta, tem-se o processo de formação das Ligas Camponesas, marcadas pela presença de trabalhadores rurais “que questionavam as desigualdades sociais, tendo como referência a estrutura fundiária, que tinha nas alianças sustentadas dentro do Estado, ardorosos defensores do latifúndio” (p. 03), segundo Thomaz Jr. (1988) e Montenegro (2008), por elas não estarem atreladas ao Estado, acabavam por questionar a ordem existente.

As Ligas encontravam-se presentes, principalmente, na Região Nordeste do Brasil. Eram comumente associados ao comunismo, como afirma Montenegro, além disso, no entanto, para o caso específico do Ceará, Santos (2012), afirma que as Ligas não tiveram grande presença, sendo o espaço rural disputado fortemente pela Igreja Católica, na intenção de impedir a aproximação dos sindicalista junto aos comunistas.

Parente (1986) traz ainda outros elementos que poderíamos adicionar às análises sobre essa “pré-história” do sindicalismo corporativista de Estado. O autor nos mostra a presença do pensamento da Ação Integralista Brasileira (AIB) junto aos operários cearenses, além da presença de maçons nessas entidades obreiras. Segundo ele, Igreja

Católica e Maçonaria, disputavam a hegemonia por sobre as organizações de trabalhadores.

O movimento operário cearense da virada do século, assim como em todo o Brasil, teve um orientação anarco-sindicalista. Entretanto, a nível local é a maçonaria, de característica pequeno-burguesa, que ocupa a direção e os espaços deixados por um operário de pequenas indústrias. Sua grande adversária será a Igreja que concorre pela orientação do movimento. (p. 52)

Além desse aspecto é válido observar, ainda segundo Parente, que a corrente anarquista continuou a existir, que em se tratando da existência de um opositor em comum maçons e católicos passam a atuar conjuntamente, na intenção de impedir qualquer possibilidade de avanço das ideias comunistas por sobre os operários. Afirma ele que a partir de trinta “o confronto das duas orientações que tentam liderar o movimento operário cearense tende se amiar [...] nesse momento já encontramos articulada uma aproximação entre maçonaria [...] e a Igreja” (p. 64)

A própria maçonaria, uma das articuladoras de setores do movimento operário, passa a ter ponto confluentes com a Igreja: a obsessão com a “manutenção da ordem” e quase como consequência, na lógica dos atores, a “aversão à liderança comunista”. (p. 80)

A análise feita por Parente tem como foco a organização operária nos meios industrializados, nestes lugares surgem a Legião Cearense do Trabalho, LCT (onde se desenvolve a Ação Integralista Brasileira – AIB), entidade que defendia, “posições corporativista, antiliberal e anticomunista, defendendo ainda o contrato coletivo de trabalho para que o trabalhador obtenha o salário vital” (p. 94), por estes aspectos haveria, uma influência da “Carta Del Lavoro” da Itália fascista, segundo o autor.

A LCT fora antecedida pela Federação Operária Cearense que era, de acordo com o autor, “acomodatava, condizente com um política estadual, ao mesmo tempo paternalista e repressora” (p. 95). Quanto à LCT, “apesar de sua ideologia também de direita, a práxis da Legião era bem mais agressiva” (p. 95). Ambas, LCT e Federação, constituem-se em organizações capazes de congregar setores, organizações do operariado cearense. A hegemonia na direção de ambas foi marcado, pode-se dizer *grosso modo* e até certo ponto, pelo conflito catolicismo-maçonaria, que disputavam, mais que o comando, a orientação da organização.

Também é possível afirmar que os operários em si não lideravam, não comandavam, não geriam, não determinavam os rumos da organização. Em suma, em termos de influência, aqueles que deveriam ser os principais responsáveis pelo andamento da organização, já que em tese trata-se de uma organização que defende seus interesses corporativos, compreendiam uma espécie de segundo escalão da organização.

Não se pode esquecer a presença do pensamento socialista, de tendência mais reformista, além dos comunistas e anarquistas, que também disputavam a orientação do movimento operário, numa disputa pela orientação ideológica dessas organizações, com vistas a possibilidades de mudanças na estrutura social.

Todas essas disputas entre católicos, maçons, socialistas, comunistas e anarquistas, por hegemonia entre o movimento operário parecem se fazer em torno de uma força e um jogo das palavras, numa disputa de verdades, pela tentativa de convencer de que há alguém sendo explorado, ou de que a terra é do trabalhador que nela trabalha ou ainda que a propriedade é dom divino e que ricos e pobres devem de forma harmônica conviver e trabalhar.

Formular visões acerca da situação vivenciada pelos trabalhadores, sejam eles rurais ou urbanos, assim, funcionou e funciona ação desses grupos. Afirma Foucault:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele possui efeito regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro. (1979, p. 12)

É de um âmbito de disputas que se fazem esses jogos de poder, pelo poder, pela hegemonia, enfim pela possibilidade de influência, com os mais diversos objetivos, desde a revolução à manutenção de um *statu quo*. É óbvio, que a ideia de combatividade entre as diferentes ideias era algo persistente em todos os grupos, a necessidade era, ao que parece a do combate, ser contra a ideia opositora ou que comprometia qualquer ideal de sociedade planejada, seja ela anárquica, comunista, socialista, fraterna ou o seu sinônimo, cristã. Numa intensa e profunda disputas de visões de mundo ou de ideais de mundo.

Ainda neste processo de organização dos trabalhadores, Santos (2012) nos fala dos Círculos Operários Católicos, cujo surgimento, é segundo a autora atribuído a

Pelotas, mas que já havia registros dos “círculos” no Ceará em 1915, estes sim, parecem ter preenchido um espaço considerável, nas organizações de trabalhadores rurais no Ceará. Assim, Miranda (1987) citada por Santos (2012), define a atuação dessa organização como:

... a mais significativa iniciativa da Igreja, no sentido de abrir espaço entre o operariado cearense. Seu diretor, padre Guilherme Vaessen, consegue se articular com os sindicatos e prepara o caminho para a criação, em 1925, da Federação Operária Cearense, precursora da Legião Cearense do Trabalho, que será criada em 1931 pelo tenente Severino Sombra e contando com a liderança incontestada do padre Helder Câmara. (MIRANDA, 1987 *apud* SANTOS, 2012).

Os Círculos Operários também tinham por ideal de combate à ideias comunistas no meio operário, sobretudo as Ligas Camponesas – que não tiveram grande inserção no Ceará (PEREIRA, 2004), como já foi afirmado, tendo como intuito o de contrapor à ideia de luta de classes, agregando distintas classes ao propor harmonia entre elas e os homens, sua presença se desenvolveu não só em municípios industrializados como no meio rural, aliás “no caso do Ceará, os círculos operários se estenderam por quase todos os municípios interioranos onde predominava a atividade agrícola, sendo, portanto, a maioria de seus associados composta por trabalhadores rurais” (SANTOS, 2012, p. 171)

No entanto, há que se considerar que uma outra parte das organizações de trabalhadores rurais continua sob influência ou mesmo ingerência direta de governos, políticos, lideranças, e porque não dizer coronéis locais. Como mostra Pereira (2004), a respeito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baturité, cidade limítrofe a Aracoiaba, influenciado pelo Coronel Ananias Arruda; bem como Barreira (1992), sobre os conflitos entre camponeses e fazendeiros e a dominação destes últimos nas terras do sertão cearense, onde coronéis interferem na organização de associações de trabalhadores rurais.

Para o sindicato pesquisado, segundo relatos do Entrevistado 01, a influência do governante local, se desenvolve de modo semelhante ao que expõem Barreira e Pereira, isto ocorre se tomarmos como referência a fala do entrevistado ao afirmar que “historicamente o STTR de Aracoiaba, vivia atrelado ao poder local [...]. O sindicato contava com funcionários pagos pela prefeitura e outras benesses.”, seria redundante

comentar a tentativa de ingerência do governo local por sobre o sindicato e consequentemente sobre os sindicalistas.

Alguns trabalhos como os de Barreira (1992) e Pereira (2004) mostram alterações na dinâmica da organização dos trabalhadores rurais, marcado por um processo de fortalecimento da entidade sindical, levado a cabo pelos próprios agricultores. Tem-se deste modo, uma análise com base numa ideia de ruptura com formas tradicionais de dominação no campo, com base nos coronéis, que teria perdurado até a década de setenta.

Posteriormente, tendo como contribuição a Igreja Católica e sua nova postura em relação aos organizações no campo e à estrutura agrária, essas organizações camponesas passaram a sofrer influência dessa nova visão de setores desse catolicismo reformista e sua teologia passa a servir de orientação e inspiração para os trabalhadores rurais de então. A nova conduta do catolicismo se inicia com as resoluções do Concílio Vaticano II, realizado em 1965 (FAVARETO, 2006), mas que segundo Barreira (1992), somente em fins da década de setenta é que a prática católica se firma.

Mas, é associado à década de oitenta um período de mudanças, primeiramente, podemos citar a Igreja Católica, que a partir da 22ª Reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, passa a negar a convivência (harmoniosa) com os poderosos do campo, o Catolicismo no Brasil, passa oficialmente a adotar em seus documentos uma postura onde “a estrutura de poder local e a política oficial passam a ser consideradas responsáveis pela miséria da grande maioria da população” (BARREIRA, 1992, P. 111).

Surge dentro da Igreja Católica a chamada Teologia da Libertação (TdL) que passa a servir de orientação para os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs (CAMPOS, 2010). “A terra é percebida pela TdL como um dom de Deus a ser utilizado para o bem-estar do ser humano e não para o lucro de alguns em detrimento da sobrevivência de outros” (p. 07). Deste modo as CEBs passam a atuar junto a agricultores, orientando-os com a presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Barreira (1992) aponta para um processo de mudanças nas relações entre os proprietários de terra e os agricultores, a partir do fortalecimento e atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que passam, por assim dizer, a agir de forma mais organizada e articulada e a reivindicar direitos que cercavam o cotidiano do campo, em

meio ao poder e a dominação do fazendeiro. Concomitantemente a esses processos tem-se o Estado, que passa a atuar por meio de instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos casos que envolvem conflitos por terra no campo.

Estas instituições, juntamente com a Igreja Católica passam a servir de intermédio nas questões do campo. O relato do Entrevistado 01 pode corroborar este período, quando ele relata que na década de oitenta passa a ter contato com autores ligados à ala progressista do catolicismo:

[...] o Padre Carlos, nos anos oitenta começou a me trazer para as paróquias e era tempo de seca e a gente começou a se envolver e aprender a ler também. Ler tantos livros de evangelho e de orientação católica também, inclusive da Teologia da Libertação com Leonardo Boff, Frei Beto e muitas outras pessoas.

A mudança de posição da Igreja Católica, ou de pelo menos setores que dela faziam parte, se dá depois Concílio Vaticano II, quando esta igreja confirma sua “opção pelos pobres”, anteriormente era a *Rerum Novarum*, documento em que o catolicismo condenava o comunismo, saindo em defesa da propriedade privada, que orientava o catolicismo de modo geral (BARREIRA, 1992; MONTEIRO, 2008; SANTOS, 2012; CAMPOS, 2010).

Até este momento, já existe a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), fundada em 1962, disputada por setores católicos e comunistas, é válido atentar ao fato de que entre católicos havia uma espécie de racha, já que havia a Ação Popular, de cunho socialista que agia se opunha às alas mais conservadoras da Igreja. A primeira presidência da CONTAG fica dividida entre pecebistas e integrantes desta ala socialista da Igreja Católica.

Os primeiros anos dos governos militares de exceção coincidem com os primeiros anos da formação do sindicatos de trabalhadores rurais de Aracoiaba, já presente na fala do Entrevistado 01 (sindicalista), está a ideia de perseguição a membros da entidade, por serem considerados comunistas. Em sua fala também está presente o caráter assistencialista da entidade neste período, exatamente por seu aparelhamento junto ao Estado. O Entrevistado 02 também comenta este período com certo pesar. Estamos falando de um período de predomínio de setores políticos e governamentais

sobre tais organismos que deveriam assegurar direitos a seus associados, mas que acabaram se transformando em instâncias de assistencialismo e clientelismo por parte de governos, como foi exposto acima, a partir de Pereira (2004) e Barreira (1992).

Nos interessará descobrir, a partir desses dados expostos, o modo como mais recentemente, a partir de 2001, vem sendo desenvolvido no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba, a relação entre eles e partidos políticos. O ano de 2001 é escolhido em razão do fato de que nesse período um grupo de pessoas ligadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores) assume o comando da entidade, e afirma ter rompido, com um ciclo de dependência com governos locais.

Esta necessidade surge diante dos aspectos de mudanças apontados por César Barreira em sua tese doutoral, bem como Sônia Pereira, em seu trabalho também oriundo de seu doutoramento. Ambos, *grosso modo*, apontam para certo “florescimento” de outros tempos nas relações desenvolvidas no campo. Poderíamos nos perguntar sobre de que modo têm se desenvolvido as relações no campo, no período atual, no entanto, faz-se necessário descrever o que seria este período atual a que me refiro e descrever o que nele ocorre.

Desde de 2001, quando agricultores integrantes do Partidos dos Trabalhadores passam a dirigir o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba (mais adiante se explicitará sobre seu processo de organização), parte daqueles que compõem a estrutura do sindicato, setores mais influentes, mais organizados e também articulados politicamente, têm desenvolvido nos últimos pleitos eleitorais apoio direto a candidatos do PT ou coligados a esta legenda, a pergunta a ser feita e que orienta esta monografia é qual relação desenvolvida entre este partido e aquela entidade sindical? O que move esta relação e o apoios dados? Qual o sentido desta aproximação?

Até que ponto pode-se corroborar e/ou adicionar elementos às teses desenvolvidas? Poderiam, estas relações, se manifestar em outros sindicatos e desenvolver algo que poderíamos considerar como um momento atualizado da ligação entre partido e sindicato, no contexto da democracia atual? Poderíamos saber um pouco sobre como no meio rural tem se desenvolvido o apoio a certas candidaturas; poderíamos saber um pouco mais sobre um certo modo de fazer política entre alguns sindicalistas; poderíamos também com estas perguntas tentar buscar possibilidades explicativas para tudo isso.

Mas, sabe-se antes de tudo da complexidade de temas que cercam o assunto. Da necessidade de maior investimento de tempo e espaço para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, de uma maior utilização de fontes para pesquisa, para uma investigação mais apurada. Compreende-se também limites intrínsecos à própria pesquisa, os limites da entrevista, os tabus em torno de certos assuntos, entre outros tantos elementos passíveis e necessários à exposição de uma crítica mais severa sobre esta pesquisa. Por isso, seria presunção achar que se encontrou a resposta definitiva, aquilo que supus como dados foram justapostos e se configuraram nisto que aqui exponho, nada mais.

Antes, de adentrarmos aos dados encontrados, faz-se necessário expor as relações desenvolvidas entre as organizações sindicais e o Estado brasileiro, bem como os partidos políticos. Como se verá e se tem visto, o sindicato é sempre permeado de ideias e grupos que intentam sobre sua organização, ao mesmo tempo que se reconhece que o conjunto de atores que dela fazem parte, também procuram, a partir de suas ideias, imprimir certo tipo de conotação político-ideológica à organização que lhe representa e que integra.

Por isso, veremos a seguir como o Estado brasileiro contribuiu para um, digamos assim, certo monopólio no que diz respeito à organização e reconhecimentos dos sindicatos e em seguida como partidos políticos têm se relacionado entre os meios sindicais, quase sempre no intuito de difundir suas ideias e interesses, veremos na pesquisa que isso parece ocorrer, entre outros motivos, em razão do compartilhamento de militantes. Mais adiante são os conceitos de Robert Dahl que passam a nos interessar, para esta análise política.

1.1.2.1 – O Estado Brasileiro e os Sindicatos

Viu-se que a análise do Estado como agente indutor dos Sindicato no Brasil é um aspecto predominante nas pesquisas sobre sindicalismo neste País basta atentarmos para ao fato de que segundo Costa (1996), o “Estado, que de agente imobilizador passa a agente mobilizador das camadas do campo” (p. 90), deste modo, a ação estatal consiste em agir ao mesmo tempo como “repressor dos conflitos e indutor e regulador

do processo de modernização” (FAVARETO, 2006, p. 30), já que na década de sessenta (com o Estado de exceção) tem-se a chamada “modernização conservadora”, marcada no campo por um processo de modernização de técnicas de produção.

No que diz respeito “às origens” do sindicalismo brasileiro, são importantes contribuições os escritos como os de Leôncio Martins Rodrigues (1990) ao retratar um sindicalismo corporativista desenvolvido no Brasil a partir da década de 1930 com Getúlio Vargas no poder, tendo como ministro de Estado de Trabalho (Ministério novo até então) Lindolfo Collor, onde é lançado o primeiro decreto voltado para a organização de sindicatos operários.

Segundo o autor, iniciava-se aí o controle ou a tentativa de controle estatal sobre essas organizações, o reconhecimento destes sindicatos por parte das autoridades, além do caráter da unicidade sindical. Aspectos que perpassam outros momentos do sindicalismo brasileiro. Para Costa (1996), no entanto, como se viu é só na década de sessenta que o sindicalismo rural ganha impulso tendo o Estado como agente mobilizador.

Ainda para Rodrigues (1990), em 1937, após o golpe que “funda” o Estado Novo, a Constituição daquele ano “estabelecia que somente o sindicato regularmente conhecido pelo Estado teria o direito da representação legal dos que participavam da respectiva produção” (p. 56) e tornava mais rígido o controle sobre os sindicatos, regulados pelo Estado, o autor afirma ainda que este modo organizativo sindicalista (corporativista) podia ainda ser visto como uma forma de “conter” possíveis mobilizações das classes laboriosas

Rodrigues demonstra assim que o Estado, a partir de suas ações, pode fazer, de algum modo, desenvolver certo nível de influência por sobre a organização sindical, já que coube a ele, a partir dessa medida, indicar o caráter de sua estrutura “fundada na eliminação do conflito” com a unicidade sindical, o caráter vertical dessas organizações, a contribuição versada em lei e o reconhecimento daquilo que é ou não o legítimo órgão representante dos trabalhadores, concedendo, o Estado, aos sindicatos

“[...] o direito de representar os interesses dos grupos profissionais e econômicos, quer dizer, das *categorias*. Tratava-se, pois, de uma representatividade legal, em que as normas de funcionamento são fixadas pelo poder público” (RODRIGUES, 1990, p. 59)

Rodrigues (1990) reconhece que a tendência autoritária do governo foi capaz de desenvolver uma relação não só próxima dos sindicatos, como capaz de atuar organizando estes e reconhecendo-os como legítimos ou não. Afirma ainda que sindicatos mantiveram organização semelhante e próxima ao estado brasileiro após a chamada Era Vargas, num período entre 1946 a 1964, tido como democrático, apontando como possível explicação para a aproximação sindicato-Estado neste período, o fato de as classes sociais serem ainda frágeis diante de um Estado burocrático, essa fragilidade é ainda explicada, em parte, pelo pensamento autoritário com base na ideia de que a sociedade deveria estar sob a tutela do Estado.

O distanciamento, ou defesa de uma separação em relação ao Estado só aparece em meio às perspectivas mais libertárias que adentram o campo sindical, como se viu nas sessões anteriores, com os anarquistas, os comunistas, os socialistas, que tentam conquistar adeptos às suas ideias e a construção de uma pretensa nova realidade no campo.

Ação estatal de agregar sindicatos no período varguista teria o objetivo de combater o avanço de ideias comunistas/socialistas nos meios operários, combate não só às ideias, mas também aos difusores desses pensamentos, para atuar a organização sindical precisaria de uma carta de reconhecimento por parte do Estado, pode-se dizer que os processos de reconhecimento continha critérios não tão claros, basta atentarmos ao fato que no caso dos sindicatos rurais, aqueles que contavam com uma orientação católica, tinham maiores chances de terem sua organização reconhecida.

O Estado por certos momentos atuou, fazendo da instância sindical, um local de desenvolvimento de assistência social, com a presença de médico ou dentistas nesses lugares esse mesmo procedimento somente acontecia nos sindicatos reconhecidos por ele, e compartilhavam das ideias governistas. “Forçava”, por assim dizer, ou pelo menos induzia, pela possibilidade da assistência à saúde, a continuidade da vinculação do sindicato ao Estado, bem como acabava por influenciar que outros sindicatos passassem a ser reconhecidos para ter acesso a estes “serviços”.

Estes serviços desenvolvidos pelo sindicato e tutelado pelos governos militares possibilitavam aos sindicatos a execução de convênios de assistência médica e contribuíam para aumentar o número de sindicatos, mas também acabava moldando

essas entidades dentro de um certo modo de fazer sindicalismo baseado no assistencialismo (FAVARETO, 2006).

Além de todos esses aspectos que procuram evidenciar o modo e o nível de “proximidade” entre os sindicatos, principalmente os rurais, e o Estado brasileiro. Vimos, na sessão anterior, que no caso do sindicalismo rural, de acordo com a tese de Costa (1996), o Estado passa a mobilizar as massas rurais, alternativa antes não explorada, mas que de algum modo, serviu para aparelhar os sindicatos.

Boito Jr. (1994) considera ainda que ainda temos uma estrutura sindical, nos seus termos, corporativista estatal, como se viu acima, além disso, pode-se tentar ainda justificar esse sobressaimento do Estado em relação às outras organizações da vida social, pelas afirmações de Oliveira (2011), quando afirma que

O Estado controla boa parte dos recursos materiais capazes de promover a sustentação da sociedade e – em última instância – o monopólio dos mecanismos capazes de atribuir legitimação e reconhecimentos jurídico às diversas práticas sociais, políticas e econômicas. (p. 13)

Todos esses elementos contribuem para demonstrar como de algum modo a estrutura do Estado pode atuar por sobre as organizações sindicais. Podemos nos questionar até que ponto estariam os sindicatos imunes a qualquer influência externa. Aliás, é possível está imune ao meio?

É preciso ainda que se considere que a instituição por sua composição de atores, possui ou pode possuir variados elementos atuando e influenciado internamente, sobre esta possibilidade, veremos como a sociologia relacional pode nos ajudar a esse respeito mais adiante, com a ideia de trânsito institucional, já que na pesquisa se perceberá que alguns sindicalistas também são filiados ao PT e participam de campanhas eleitorais como cabos eleitorais de candidatos deste partido. Antes veremos a relação com os partidos políticos desenvolvidos pelos os sindicatos.

1.1.2.2 - Os Partidos Políticos e suas Relações com os Sindicatos

A relação entre partidos e sindicatos não é algo tão distante, a dificuldade que se poderia encontrar em termos empíricos de uma pesquisa, seria achar algum sindicalista

que reconheça aberta e declaradamente a existência de tal proximidade. Nesta pesquisa, a relação entre os dois (sindicato-partido) não é interpretada sob um viés de cooptação, mesmo porque não se conseguiu identificar que a mesma assim fosse. Além disso, também não foi possível identificar, e por isso mesmo o estudo nada afirma a esse respeito, que CUT, FETRAECE ou CONTAG orientem seus filiados, membros, integrantes ou associados a votarem em candidatos do Partido dos Trabalhadores.

Mas, em se tratando de uma relação entre partidos e sindicatos ou pelo menos o movimento operário, temos nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels (2001; 1974) grandes possibilidades para entendermos mais sobre estas organizações, para eles, se poderia afirmar *grosso modo*, que se o sindicato constitui-se dentro de uma dimensão econômica de combate à exploração dos trabalhadores pelos baixos salários e pelas condições de trabalho, a organização de um operariado sob um partido, serviria para dar uma conotação política às suas reivindicações, possibilitando, mais, que isso, uma modificação das relações de dominação e exploração existentes pela via da revolução.

Mas, com as reformulações do pensamento marxiano – a social-democracia e suas ideias reformistas da sociedade (LIMA, 2004), além das mudanças de táticas entre os comunistas brasileiros de buscar vias legais de atuação política entre sindicatos (COSTA, 1996) vemos, que a concepção de participação de partidos ou pelo menos de alguns partidos já não ocorre com vistas à revolução, mas no mínimo, a garantir a divulgação de ideias dos partidos por sobre os sindicalistas com vistas, entre outras possibilidades, ao voto destes.

Weber *apud* Lima (2004) afirma que a definição de partido político se dá pelo entendimento de que este se caracteriza, “como uma organização de livre associação objetivando mediante o pleito eleitoral, conquistar o poder do Estado” (p. XXI), o autor alemão ainda pondera que:

Em sua estrutura, todos os partidos vão passando no decorrer dessas últimas décadas, paralelamente à racionalização crescente da técnica das campanhas eleitorais para a organização burocrática. Os graus de desenvolvimentos que os diversos partidos alcançaram neste caminho são diferentes, mas a tendência geral é unívoca, pelo menos nos Estados de massa. (WEBER, 2000, p. 547 *apud* LIMA, 2004)

Para o caso específico do Brasil, em que a participação em processos eleitorais não ocorre de outro modo senão pela filiação em partidos políticos, vemos quão centrais são essas organizações na vida política institucional do país. Deste modo, os partidos, mantendo alguma forma de influência por sobre organismos sindicais, podem promover não só divulgação de sua ideologia como seus candidatos, sua visão de mundo, em períodos de campanhas eleitorais.

Maria Celina Soares de D'Araújo (1990) nos traz reflexões acerca do processo de incorporação de setores trabalhistas ao sistema político brasileiro. Suas análises se concentram nos partidos trabalhistas que possuem frequentemente em seus quadros trabalhadores de origem sindical. Para ela, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se constituiu no período getulista em um meio para incorporar massas de trabalhadoras e sindicalistas intermediando a relação destes com o governo, mas também de base de apoio ao próprio Vargas.

Na década de cinquenta o PTB, segundo a autora, teria mantido sua base junto aos sindicatos procurando ampliá-la. Quando chega o início da década de sessenta o partido, por meio de seus integrantes iniciam uma proposição por reformas (sociais, políticas e econômicas), propostas que de algum modo atingem setores trabalhistas. Além disso, D'Araújo (1990) também afirma que o projeto do PTB sempre fora corporativista, tendo ainda em alguns momentos desenvolvido alianças com o Partido Comunista para mobilizar o meio sindical.

Cioffi (2008) demonstra uma tendência já a partir da segunda década do século passado que seria a expressividade de uma “migração estratégica de militantes políticos em meio às lideranças sindicais, sobretudo de ideologias comunistas” (p. 45), como vimos até aqui o comunismo foi uma grande força ideológica que disputou espaço dentro dos sindicatos.

A pluralidade da presença de ideias dentro do sindicato, atuando seja em razão de pensamentos oriundos de organizações partidárias ou religiosas, nos obriga a pensarmos em termos de opiniões ou adeptos a certas formas de pensar que predominaram sobre certos sindicatos. Deste modo, no período que sucede a ditadura militar, é o PT que predomina, em termos de proximidade com sindicatos.

A origem sindical do PT apontada por Krischke (2006), a relação que este partido desenvolve com os sindicatos e as centrais sindicais, sobretudo a CUT (LIMA,

2004), a composição social desse partido, de assalariados e de sindicalista (RODRIGUES, 2002; D'Araújo, 2009), o desenvolvimento de tendências internas maiores e mais fortes dentro da CUT que se aproximam mais ao PT, fazem deste partido, um organização de forte presença e influência sobre e entre sindicalistas, é preciso considerar que também ocorre de sindicalistas exercerem influência sobre os governos, sejam eles do PT ou não. Para se saber mais, sobre influência e possibilidade de agir politicamente, e principalmente os métodos para a análise política é que se vai adentrar à próxima sessão.

1.2 – Robert Dahl e suas Orientações para análise política

Em seu já clássico *Análise Política Moderna*, Robert Dahl (1988) elaborou muito mais que um manual que capacita o interessado em analisar a ação política, o autor traz ainda possibilidades de uma inserção ampla e profunda a respeito das “orientações que levam a ação política” (p. 6), além de um debate sobre os limites da própria ciência (política) que ele pratica, trazendo meios para que se possa, além disso compreender, avaliar e interpretar as políticas.

Nesta obra, Dahl também executa com maestria uma profícua discussão sobre (o que é) política, o autor estadunidense não hesita em recorrer a clássicos do pensamento filosófico, sociológico e político ocidental como Aristóteles, Rousseau, Maquiavel, Marx e Weber. Entremeando a estes autores considerações pessoais, oriundas de suas próprias pesquisas ou pesquisas de outros autores ligados à ciência política.

Nesta monografia, pretende-se antes de tudo, uma análise política, e segundo Dahl (1988), o aprimoramento desta prática “nos ajuda a compreender o mundo em que vivemos, a fazer escolhas mais inteligentes entre alternativas que enfrentamos, a influenciar as transformações inerentes a todo sistema político” (p. 21) deste modo o autor nos quer demonstrar a importância de uma análise política, e para tanto traz-nos meios de como fazer, a partir de critérios ou orientação que levam a ação política, como veremos a seguir.

A *orientação empírica* consiste, de maneira geral, em uma etapa onde se procura descrever as situações observadas, Nogueira (2012b) nos elucida bem ao afirmar que,

“empírico é o adjetivo que tem por norma exclusivamente a prática. Processos empíricos, portanto, são aqueles que se fundamentam na observação, na experimentação, na comprovação e, por fim, na conclusão a que somos levados.” (pp. 17 e 18). Temos, então, uma etapa voltada para a experiência, onde se verifica e se pode comprovar os elementos capturados de nossas observações.

Componente integrante dos modos e maneiras daquilo que cremos e de nossas ações, de modo geral, a *orientação normativa* está associada aos critérios e julgamentos (tais como, bom e melhor) que fazemos diante de certas possibilidades de escolhas. Afinal, “mesmo nos aspectos mais mundanos da vida agimos com base na crença de que algumas coisas são melhores que outras” (DAHL, 1988, p. 23).

Desta última orientação, Dahl inicia um debate sobre ciência política e filosofia política, distinguindo uma da outra pelo fato de que aquela teria, por seu caráter ou *status* de ciência, um teor voltado para a empiria, a comprovação dos fatos e aquilo que se tem, que se é, que se constata; enquanto esta estaria mais pautada nas discussões acerca do que se deveria ser, por seu caráter normativo e prescritivo.

Uma *política* consiste, segundo Dahl (1988), em “uma conduta que nos leve do ponto onde nos encontramos para o ponto aonde queremos chegar” (p.23), a partir disso, ele nos traz elementos para pensarmos as *orientações em termos de políticas a seguir*, onde se procura analisar as alternativas existentes e as possíveis consequências, para que se possa, depois disso, executar as políticas que se avaliar melhor. Enfim, Nogueira (2012b) resume bem esta orientação ao afirmar que ela “procura identificar os meios destinados a conseguir transitar da situação que temos para a situação que queremos.” (p. 18).

Após todas essas “etapas” não se poderia deixar de lado a *orientação semântica*, voltada para “o esclarecimento do sentido dos termos que usamos”, procurando, assim, “elucidar significados, em especial o significado dos conceitos mais importantes” (DAHL, 1988, p. 24), esta etapa ocorre no intuito de que se evite a confusão em torno dos termos utilizados, possibilitando que autor e leitor possam estar em sintonia sobre os conceitos utilizados em qualquer obra que seja, evitando equívocos.

Todas essas quatro orientações não ocorrem de modo separado, sem que haja quaisquer relações entre elas, afinal, segundo Dahl (1988): “a análise das políticas requer a compreensão [tanto] *do que é* como *do que deve ser*” (grifos do autor, p. 24),

referindo-se aos aspectos, respectivamente, das orientações empíricas e normativas, já que para o autor elas, juntamente com a orientação de políticas voltada para o “conhecimento *de como chegar do que é ao que deve ser*” (grifos do autor, p. 24) muitas vezes aparecem combinadas e misturadas na análise política. Deste modo, ele nos quer mostrar que mesmo numa análise normativa encontramos pressupostos de uma crença empírica e a própria ação é feita mediante valores morais normativos.

Para Dahl (1988), a ação política “como outras ações humanas, consiste em tomar decisões – em escolher de algum modo entre alternativas, e em tentar efetivar a escolha feita” (p. 119). Para o autor, nossas escolhas são influenciadas pelo modo como nós avaliamos, julgamos o mundo, bem como nossa posição nele, além disso, ao escolher, estamos elegendo ou somos obrigados a eleger a melhor das alternativas ou aquela que pensamos ser a menos insatisfatória.

Neste trabalho, segue-se executando as orientações teóricas de Robert Alan Dahl, para a avaliação das relações entre um sindicato de trabalhadores rurais e políticos ou candidatos a cargos eletivos na administração pública, a partir dos apoios e da mobilização de votos para esses candidatos.

Veremos nesta pesquisa que em certos momentos, a separação das instâncias sindical e partidária praticamente inexistente, esta (esperada) separação *deveria* vigorar sob o pretexto hipotético de que a proximidade em demasia poderia comprometer a autonomia, a liberdade e até a legitimidade do sindicato ante seus associados, fato que não ocorre, mostrando haver um verdadeiro *continuum* entre estas instituições.

1.2.1 – Os Sistemas políticos

Robert Dahl (1988) concebe a política como algo que está para além da estrutura do Estado este é um dado importante, principalmente para esta pesquisa, que conta com uma análise sobre a relação entre sindicatos e partidos políticos. Para ele a política constitui em relações, relações políticas que se desenvolvem entre atores, por isso o autor chega a falar em sistema político, considerando, sistema como “qualquer coleção de elementos que interagem de alguma forma” (p. 15).

Disso o autor compreende sistema político como “qualquer estrutura persistente de relações humanas que envolva controle, influencia, poder ou autoridade, em medida significativa” (p. 13), neste sentido uma empresa, um sindicato, um clube, segundo o próprio Dahl poderiam ser vistos como estruturas políticas, exatamente por suas características que envolvem influência.

São das relações entre humanos que se desenvolvem esses sistemas políticos, que podem se subdividir, entre outros tantos, e que se inter-relacionam. É possível ainda afirmar que um mesmo ator pode transitar por entre diversos sistemas políticos, e podemos dizer ainda mais, que o sistema político não é a única propriedade de uma associação, como Dahl nos indica, mas, uma entre outras tantas características de uma sociedade, que pode contar com outros elementos como amor, respeito, dedicação, crenças, entre outros, embora sejamos tentados a observar que mesmos em outras instâncias seja possível identificar elementos envolvendo influência de um ator sobre outro.

1.2.2 – A influência Política

Em se tratando de influência seu significado será aqui concebido, a partir de Dahl (1988), como a relação estabelecida entre dois indivíduos, onde o comportamento de um se modifica no sentido em que o outro deseja. Assim, “o que nos interessa mais é o fato de que um dos participantes dessa interação consiga o que deseja (ou pelo menos se aproxime disso) fazendo com que a outra aja de determinada maneira” (p. 36).

Ao se debater a relação entre sindicalistas e candidatos a cargos eletivos, percebeu-se uma tentativa de unificar votos em torno de uma candidatura. Esse processo parece ser encabeçado, em especial, pela composição mais influente do sindicato, que também é filiada a um partido político para o qual mobiliza votos. Este processo se desenvolve por um sistema político que envolve sindicato e partido, por meio de uma complexa e dinâmica rede de relacionamentos. A respeito de uma possibilidade analítica em que os atores possam ser analisados a partir de suas relações, avancemos para a sessão seguinte.

1.3 – A Sociologia Relacional, As Redes e o Campo Político

1.3.1 – A Sociologia Relacional ou como os indivíduos se interdependem

A sociologia relacional surge como uma possibilidade, uma abordagem em que os vínculos que interligam os diversos atores, e que configuram certa(s) relação(ões), possam se tornar mais evidentes, para uma compreensão de como se desenvolvem e como vêm sendo desenvolvidas as relações, não isoladamente, mas sempre em conjunto, num jogo envolvendo relação e ação.

O apelo ou apego a esta ferramenta analítica advém da possibilidade que tal perspectiva se vincula à pretensão de uma sociologia onde indivíduo e sociedade possam figurar conjuntamente sem a clássica separação, típica de um “primeiro momento” da sociologia, como nos indica Elias (2005).

Assim, a sociologia relacional de Norbert Elias (1994; 2005) nos possibilita pensar com vistas à interconectividade estabelecida entre os envolvidos em uma relação que se só existe porque opera de maneira mútua de convívio, de dependência, de articulação etc. onde as ações tomadas, se processam de acordo com as anteriores e se reconfiguram a cada novo agir com vistas ao(s) outro(s).

Ou seja, Elias, procura demonstrar que o indivíduo só existe numa relação com o outro, podemos entender isso tanto no sentido de que ele não poderia se desenvolver de maneira isolada, sozinho, como no sentido de que o indivíduo não pode ser concebido como tal de maneira que não seja a partir de suas interações, relações, em que ele se socializa, e interage com o meio a que ele pertence, deste modo os indivíduos formariam teias de interdependências (ELIAS, 1994; 2005; SCHMITT, 2011, CARNEIRO, 2005, SILVA, 2006).

A ideia de rede é utilizada por Elias, no sentido de que é possibilitado por ela, analisar as muitas conexões envoltas às pessoas, que agem em interação umas às outras, já que os indivíduos dependem mutuamente uns dos outros, interdependem-se, configurando-se numa relação. Isso permite ver os modos como se dão os vínculos (quem está ligado, conectado, vinculado a quem) que sustentam o “fio” que liga um indivíduo a outro. Enfim, resgata-se, pode-se dizer, a ideia central da sociologia, o estudo das relações. (ELIAS, 1994).

Além disso, é caro a Elias outro conceito, o de processo, onde o autor procura dar importância ao desencadeamento dos acontecimentos, aos mecanismos pelos quais os fatos se desenvolvem, “às transformações amplas, contínuas de longa duração” (2006, p. 27) e isto também se relaciona com os indivíduos já que eles, com suas ações e interações são responsáveis pelas transformações que ocorrem ao longo do tempo (ELIAS, 2005, 1994).

Para esta pesquisa se observou como pela rede de relacionamentos os atores sindicais têm à sua disposição uma gama de outros atores partidários ou não, com os quais se inter-relacionam de maneira a buscar possíveis benefícios coletivos aos trabalhadores rurais entre os quais se enquadram.

1.3.2 – A sociedade como uma rede

Mais recentemente tem se desenvolvido técnicas para uma investigação dessas mesmas relações a partir de equipamentos computacionais, no intuito de se estabelecer, ou melhor, de se representar graficamente as relações estabelecida entre o indivíduo e as pessoas com as quais ele se relaciona.

Nesta perspectiva, formulada a partir da década de setenta e de teor também relacional, “desenvolveu-se um programa de pesquisas focado no nível intermediário e concentrado na análise dos padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais” (MARQUES, 2007, p. 157).

Este método ou estratégia analítica como afirmam Marques e Bichir, citados por Assumpção (2007), baseia-se, em princípio, na ideia de que são as relações sociais e não os atributos, como convencionalmente analisa a sociologia mais tradicional, que passam a ser a unidade básica da sociedade, e conseqüentemente das análises.

No entanto, mais recentemente, os atributos e as relações passam a ser analisadas de maneira conjunta, uma vez que se identificou que atributos em comum tendem a fazer com que indivíduos ou organizações se aproximem (*homofilia* – ideia de que semelhantes tendem a se relacionar), ao mesmo tempo em que é por meio dessas

mesmas relações que é possível estabelecer atributos (MARQUES, 2007; SILVA, ZANATA JR., 2012).

Como o objetivo da pesquisa constitui-se o de analisar as relações entre partidos e sindicatos, a ideia de rede foi utilizada de maneira metafórica, ou seja não se elaborará um gráfico, mas se executará uma análise partindo-se do princípio de que ambas as organizações se relacionam pelo conjunto de seus atores, integrantes, que podem se aproximar ou se distanciar a depender da conjuntura.

Essa mesma ideia de rede, juntamente com a concepção relacional nas análises tem servido, para se pesquisar de maneira mais crítica, digamos assim, a relação entre Estado e sociedade civil, tradicionalmente vista de maneira dicotômica, separados, e com análises frequentemente essencialista, ou seja, que acabam de certa forma, por identificar o suposto caráter (essência) de cada um, onde o primeiro é amiúde visto como possuidor de uma natureza corrupta, cooptadora e aética, que se desenvolve distante e separadamente da chamada sociedade civil, em geral classificada de maneira positiva, tida como detentora de uma pureza moral e ética. (CORTES & SILVA, 2010; SILVA, 2006; SCHIMITT, 2011)

Oliveira (2011) nos possibilita ir mais adiante ao falar não mais na oposição entre Estado e movimentos sociais, mas, a partir do conceito de trânsito e permeabilidade institucional, demonstra que as fronteiras entre as instituições, seja o Estado ou a sociedade civil, ou ainda qualquer outra organização, não se fazem a partir de uma dicotomização, mas, constituem-se em organismos “fluidos”, dotados de “zonas cinzentas”, “porosos”, passíveis de interpenetração entre seus atores.

Por permeabilidade entende-se que as esferas estatais, e não-estatais não se constituem de maneira autorreferente, sem vínculos com os atores, processos e elementos de outras esferas. Ao contrário, permeabilidade pressupõe que as “fronteiras” entre essas esferas são, em maior ou em menor grau, diluídas por vínculos em atores com distintas inserções institucionais, gerando um processo recíproco e contínuo de influências e dependências. (MÜLLER; SCHNEIDER; SILVA, 2007, p. 10 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 57)

É dessa forma que se pretende conceber as relações entre as instituições aqui analisadas – sindicatos e partidos, vendo-as de maneira permeáveis capazes de influenciarem e serem influenciadas mutuamente, a partir do constante trânsito (a

movimentação por entre eles) realizado por agentes que compõe essas mesmas instituições.

Enquanto o Estado, embora menos explorado nesta pesquisa, assim como os partidos e o sindicato também é admitido aqui sob uma perspectiva relacional marcado por uma rede de atores e organizações, formando o que Marques (2006) chama de *tecido do Estado* que é, genericamente, classificado, com base na abordagem das redes, por seus padrões de relações desenvolvidas no âmbito das estruturas internas do Estado, sendo esse mesmo Estado “produzido e transformado pelas redes entre pessoas e organizações que estruturam internamente as organizações estatais e as inserem em seus ambientes mais amplos” (p. 22).

1.3.3 - Campo e Capital Político e Social

Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender o fenômeno político a partir da relação campo, capitais e *habitus*. Elementos caros à sociologia bourdieusiana, estes conceitos nos ajudarão a perceber como são desenvolvidas, no âmbito das instituições partidárias e sindicais, as relações políticas e, conseqüentemente, de poder.

Para o sociólogo francês campo e *habitus* não são instâncias separadas mas, antes, se complementam e se realizam pela ação e valores dos indivíduos. Este mesmo campo seria “um estado de relação de forças entres os agentes ou as instituições que intervêm na luta ou, se vocês preferem, da distribuição de capital específico que tem sido acumulado ao longo de lutas anteriores e que orienta as estratégias ulteriores.” (BOURDIEU, 2002, p. 120. Livre tradução)

Disto, ainda sobre campo pode-se ainda identificar: a presença de um caráter conflitivo existente dentro dele, exercido entre os indivíduos presentes em certo campo específico, que lutam por legitimação e exercício de certo tipo de influência perante os demais integrantes deste mesmo campo; a existência de uma desigual distribuição de capitais presentes entre os atores integrantes dos campos; que os possíveis conflitos podem ocorrer também em razão da disputa por capitais. Além disso, os campos, sejam

quais forem, apesar de seu caráter autônomo, marcado pelas suas próprias leis não estão isolados uns dos outros.

A legitimação, o reconhecimento, a aceitação de um indivíduo num campo se dá pela acumulação de capitais ao longo da trajetória de um indivíduo, por capital Bourdieu quer dizer qualquer espécie ou tipo de recursos ou conjunto de elementos ou bens acumulados em termos materiais ou não, distribuídos desigualmente num universo chamado, campo (composto de subcampos) e válidos dentro deste mesmo campo.

O campo é estruturado (sustentado) - ao mesmo tempo em que pode servir de estrutura (já que é dotado de leis, regras, valores e de disputas internas) – pelo *habitus* dos indivíduos, baseado em uma espécie de disposição ou pré-disposição para certos comportamentos, gostos, significados e sentidos, como uma espécie de matriz geradora de práticas ou para certas práticas e que foram desenvolvidas ao longo da história do indivíduo, sendo por isso mesmo, internalizada.

Esta descrição, sumária e genérica da sociologia bourdieusiana, nos possibilita adentrar a dois conceitos que aqui serão utilizadas: o de campo político e capital político. O primeiro termo seria segundo Bourdieu (2012) “entendido ao mesmo tempo campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (p. 163 e 164).

Assim, este campo seria marcado intensamente pelas disputas constantemente desenvolvidas pelos indivíduos, seja numa busca por legitimidade diante de um eleitorado em busca por votos ou nas disputas por cargos no partido, num governo, ou ainda no acionamento ou desenvolvimento de políticas.

O campo político é lugar em que se geram na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 2012, p. 164).

O segundo termo, capital político, se refere a, como diz o próprio Bourdieu, “certo tipo de crédito, baseado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os poderes que lhes reconhecem”. (BOURDIEU, 2012, pp. 187 e 188).

Ele seria, assim, uma espécie de capital simbólico, que é marcada igualmente pelo crédito e poderíamos pensar ainda em termo de uma legitimidade, que numa relação é confiado e concedida a alguém mediante reconhecimento de alguma habilidade, capacidade, dote, enfim, um qualidade que lhe habilite como alguém a ser conhecido e reconhecido.

Outro conceito que se deve à sociologia bourdieusiana e que aqui será utilizado, relaciona-se a ideia de capital social, este seria construído socialmente ao longo da trajetória dos indivíduos, assim como o *habitus* e os outros capitais, formando uma rede de contatos estabelecidos entre os agentes envolvidos nas mais diversas relações ou nos termos do autor: “O conjunto de recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede *durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento [...]” (BOURDIEU, 1980, p. 2 – Livre tradução, grifos do autor). Esta mesma rede, pode proporcionar certas possibilidades específicas a este agente, inclusive o de acessar a diversos bens simbólicos a partir dessa mesma teia de relações.

Veremos como o capital político desenvolvido pelo sindicalista entrevistado lhe possibilita angariar votos para candidatos, bem como legitimar este mesmos candidatos como representantes dos agricultores num sistema político, que implica também no acionamento de capital social tanto por parte dos candidatos como por parte dos sindicalistas, num campo político que envolve a disputa por votos e influencia no sindicato e durante as eleições para mobilizar votos. Mas antes analisemos o município onde se encontra o Sindicato.

Além disso, se perceberá um campo político marcado pela mobilização de voto e participação em pleitos eleitorais por parte de sindicalistas, a partir da mobilização de seus capitais. Será percebido que a atuação de sindicalistas é possível em meio a este campo, entre outros fatores pelo prestígio (capital político) que detêm, dentro deste campo, assim como o acionamento de capital social em meio aos seus associados.

É preciso advertir que, como o objetivo da pesquisa é atentar para a relação entre sindicatos e partidos políticos, a dimensão econômica do sindicato, a possibilidade de influenciar nos salários, na produção etc. não é explorada aqui, embora se reconheça tal possibilidade. E ainda que se saiba que a mesma pode se dá por meio de atuações políticas, como as reivindicações, por exemplo.

2 – Aspectos sociais, políticos e econômicos de Aracoiaba

2.1 – Aspectos gerais

Aracoiaba está inserida na região do Maciço de Baturité, a exploração dessa região, em especial o município de Baturité, se deu, não unicamente, mas principalmente, pela concessão de lotes de terras para exploração, mas também pelo processo de aldeamento de povos autóctones no intuito de aculturá-los. Esta última ação foi liderada por padres Jesuítas, e que contam hoje com um suntuoso prédio, isolado em meio às elevadas e verdes montanhas do maciço.

Este processo de aldeamento, somado a tanto outros eventos voltados para a exploração com pretensões de desenvolver a região, levaram à dizimação dos povos nativos, e ao mesmo tempo a um processo de resistência que perdura até hoje, com alguns nativos organizados, na tentativa de manterem ao menos parte de sua cultura viva, na serrana cidade de Aratuba, com os descendentes dos Kanindés.

A cidade de Aracoiaba é oriunda do desmembramento de Baturité. Emancipou-se mediante decreto na última década do século dezenove (dois anos após a data oficial da proclamação da República brasileira), e não conta com importantes registros públicos preservados sobre este e tantos outros processos históricos importantes que poderiam servir de base para esta pesquisa, a não ser relatos orais, recurso que foge do objetivo desta monografia.

Por esse motivo, qualquer exploração acerca de aspectos históricos da cidade, somente seria possível por via de outros documentos que indiretamente se refiram à cidade. Há um único documento que pretende “contar a história do município”, publicado no jornal “Tribuna do Ceará” em comemoração ao centenário desta cidade, no entanto, isso é feito sem que haja qualquer procedimento analítico acerca das técnicas empregadas ou exame crítico das fontes. Nesta mesma linha, foi publicado ano passado, um pequeno livro de teor memorialista sobre a “história do município”.

Em razão dessas dificuldades de acesso e inexistência de documentos históricos, escrevo a partir de alguns dados oficiais sobre a cidade e de alguns relatos sobre o município de conhecimento público e notório, ou passados por meio da oralidade a cada

geração, além disso, algumas das informações advêm do fato de que vivi na cidade durante anos.

O simples fato de a cidade, sua população de maneira geral, não valorizar ou não contar com registros históricos públicos e/ou a preservação destes, é um dado por si só importante que mostra uma cidade que cresce, ou que busca crescer sem valorização de aspectos passados, capazes de elucidar e explicar os diversos instantes do tempo atual em que seus cidadãos vivem.

Elaborada em 1990, a Lei Orgânica do Município previa a criação de um museu histórico, elemento que só veio a se concretizar mais de vinte anos depois. Um museu cuja intenção mais parece ser a de enaltecer a figura e avivar a memória de um defunto político, professor e dono de escola, que por longa data atuou no município, do que apresentar aspectos históricos daquela cidade (NOGUEIRA, 2012). Basta atentarmos ao fato de que o museu está instalado em um de seus prédios e o nome deste homem dá nome ao museu que pretende(ia) contar a história da cidade³.

Depois dessa parca quantidade de dados históricos acerca do município aqui expostas, podemos afirmar resumida e objetivamente que Aracoiaba dista pouco mais de setenta quilômetros da capital cearense, Fortaleza, e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sua população urbana, só mais recentemente (anos 2000), ultrapassou a população rural, e os habitantes totalizam cerca de vinte cinco mil. A economia da cidade concentra sua maior parte no setor de serviços – sobretudo, com um comércio, sem muito dinamismo nem diversificação. Já a política local, vive desde o período de redemocratização do Estado brasileiro, *grosso modo*, a alternância entre dois grupos políticos.

Devo antes de tudo advertir que descrevo a cidade de acordo com minhas experiências nesta mesma cidade, a partir de uma vivência de pouco mais de duas décadas habitando o município e desenvolvendo relações cotidianas, participando de tramas relacionais entre amigos, desconhecidos, parentes, ex-colegas de trabalhos, desafetos e afetos pessoais etc. enfim, estou inserido nas entranhas sociais do município pesquisado, logo, o olhar sociológico que aqui se tenta fazer é também um olhar de alguém que participa de algum modo do jogo político local, que tem sua posição na

³ Trata-se de Salomão Alves de Moura Brasil.

estrutura social, que se envolve emocionalmente, que tem vínculos, que julga, e que carrega consigo elementos da vida vivida neste local tal como qualquer outro habitante, inclusive, alguns os entrevistados. Embora, atualmente, sintam-se muito mais um estranho neste meio.

2.2 – Economia e sociedade

Inserida em uma região (o Maciço de Baturité) marcada por um desenvolvimento econômico não muito forte, o município de Aracoiaba, não goza, nem nunca pode gozar do tão falado “desenvolvimento”, afora a possibilidade de discussão acerca do tema e da polissemia do termo, este só existe em promessas eleitorais, como se o mesmo pudesse dar-se como que por encanto, a partir da simples mudança do governante local.

A economia local conheceu raras vezes “tempos áureos” onde a larga produção de algum bem foi capaz de, definitivamente, movimentar a economia da cidade, a não ser no caso da cana-de-açúcar que na década de 80 e início da década de 90 foi estimulada pela instalação de uma indústria voltada para a produção de álcool; além da cotonicultura, idos do século vinte, com produção escoada pela então, estrada do algodão, hoje rodovia CE-060.

É claro que a produção agrícola sempre existiu e ainda existe, mais em escala reduzida. A cidade conta com algumas fazendas, com produção de frutas e legumes, não se sabe de maneira precisa o impacto dessa produção na economia local, o montante financeiro gerado do que é produzido, nem da quantidade de empregos promovidos. Mas, sabe-se que a qualidade dos empregos no campo é, quase sempre, marcada pelo alto grau de informalidade.

O fato de ser um município que congrega tanto elementos urbanos quanto rurais obriga-nos a atentar essas instâncias como elementos que não estão separados, mas que se relacionam pelas ligações que as pessoas estabelecem entre si. O fluxo entre estas regiões é contínuo e constante, o que não impede que ambas tenham suas particularidades. No entanto uma explanação maior sobre suas peculiaridades extrapolariam o limites desta pesquisa.

Em se tratando do campo, o tema da chuva ocupa uma forte centralidade. As conversas que os agricultores desenvolvem sobre ela são numerosas e podem render horas; relatam e guardam na memória de forma precisa lembranças de “anos de secas” e “anos de cheia”; desenvolvem meios de “prever” esses anos, a partir da observação dos astros, dos céus e dos comportamentos dos animais; em suas manifestações religiosas há quase sempre a chuva como um pedido, uma prece; suas feições e estima própria parecem alterar conforme se tenha “inverno bom”, esteja “bonito pra chover” ou se tenha “seca”⁴, ou mesmo durante o ano quando as chuvas cessam e se tornam raras.

A chuva, ao menos no campo, representa, entre outras coisas, oportunidade de trabalho. É um fator importante para a economia doméstica, capaz de gerar renda entre agricultores com terras e entre aqueles que trabalham em terras de fazendeiros, como os rendeiros. Age, portanto, na economia local.

Na cidade, de maneira geral, o centro comercial concentra-se em duas ruas, embora seja possível encontrar comércios em áreas residenciais. Mas, o comércio é presente tanto no campo como no meio urbano, em geral, aqueles se abastecem destes quando se trata de produtos industrializados, o que faz desses produtos, em geral, mais caros. Enquanto isso, alguns produtos agrícolas, vendidos no comércio da cidade, algumas vezes são oriundos da própria região rural, como o leite de gado, e algumas vezes, o arroz, o feijão, o milho etc. vendidos frequentemente a granel, em mercadinhos, e nas tradicionais bodegas.

Um dado observado, mas que caberia uma investigação mais aprofundada, diz respeito ao fato de que parte dos comerciantes do município são também proprietários de terra. Este fato mostra o nível de concentração dos capitais, onde aqueles que prevalecem em certo setor da economia também predominam em outro setor. A situação torna-se mais severa, quando se constata que o setor de transformação é, na cidade, parco e conta com apenas algumas indústrias, as de confecção.

⁴ Em Quixadá anualmente se realiza um encontro com os chamados, profetas das chuvas, o encontro congrega autoridades políticas, imprensa, pesquisadores das Ciências Sociais para ouvir o resultado das observações de astros e de animais desenvolvidas pelos agricultores (chamadas de experiências) ao longo do ano anterior, de onde eles retiram suas conclusões e, conseqüentemente, as previsões de chuva ou não para o ano que segue, lá, a pronuncia da palavra seca é, frequentemente, evitada.

As indústrias de confecção têm sido alternativa de emprego para as médias classes médias e classes médias baixas. Os relatos a respeito da qualidade do trabalho desenvolvido dentro dessas facções envolvem aquilo que se pode identificar como “precarização do trabalho”, por sua não compatibilidade plena às leis trabalhistas, envolvendo, por exemplo, o não pagamento de horas extras, instabilidade empregatícia, assédio moral, insalubridade etc.

A alta qualificação profissional das profissões liberais, com pessoal de nível superior, não possui na cidade terreno propício para crescimento e desenvolvimento para quase todas as profissões, em razão da falta de oportunidade para estes cargos, o fato de os mesmos exigirem maior remuneração, se desenvolverem por relações políticas clientelísticas etc. Pessoas do município e com ensino superior completo dificilmente podem continuar no município, resta-lhes quase sempre a busca por empregos em outras regiões.

Grosso modo, no que diz respeito à “entrada de dinheiro” no município, esta se dá, pelo pagamento de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, e, principalmente, pelo pagamento de programas governamentais de assistência social, bem como as aposentadorias e as pensões, juntos acabam sendo o maior volume financeiro despejado no município e, conseqüentemente, no comércio local, que somente se vê em pleno funcionamento quando o pagamento destes ocorre.

Mas, em se tratando de geração de emprego e renda em larga escala é a Prefeitura Municipal de Aracoiaba (PMA) o maior empregador do município, além dos concorridos e bem remunerados cargos de prefeito, vice-prefeito, secretário municipal e vereador, o grupo que abocanha a administração local tem ainda à sua disposição a possibilidade de indicar e nomear cargos a quem quiser, não sendo raro o abuso de poder, as perseguições políticas e o assédio moral nessas relações de trabalho.

Numa cidade carente empregos, a ocupação destes cargos é moeda de troca constante por votos. Esta troca não importa a classe econômica, afinal, estamos em uma região de economia pouco desenvolvida, de terras pouco férteis, de um comércio sem dinamismo e com indústrias que se iniciam, por isso, a disputa para assumir a administração pública é *também* uma disputa por recursos econômicos, para saber quem poderá gozar nos próximos quatro anos de uma gorda remuneração. Enfim, trata-se de

um Nordeste que apesar das transformações das últimas décadas ainda permanece com algumas características.

O nível de acirramento entre os candidatos, afora outras possibilidades explicativas, tem também na busca por recursos econômicos sua possível explicação. Algumas pessoas tiveram a chance de ascender socialmente exatamente a partir de suas relações com o poder público, seja porque se tornaram políticos ou integraram a gestão municipal, seja ainda pelo fato de prestarem serviços à PMA, deste modo é na prefeitura local que é possível, de forma rápida e sem grandes esforços ou qualificação a conquista de salários que vão além dos padrões locais como no caso da alta cúpula administrativa, algumas vezes ocupadas por pessoas sem qualquer qualificação técnica adequada para os cargos e em cujos discursos não podem jamais esquecer de mencionar o chefe do executivo, seja por agradecimento ou para engrandecê-lo.

Disso tudo, um potencial eleitor é sempre um potencial trabalhador, já que a faixa etária que obriga o voto é quase a mesma da população economicamente ativa, que em se encontrando desempregada pode ser objeto de influência para a conquista de voto em troca de emprego na administração pública local. Assim, mais que um agente institucional político, a PMA deve, concomitantemente e de forma relacional, ser vista e analisada como um agente econômico, onde se desenvolvem relações de trabalho, de geração de renda, ao mesmo tempo em que se constroem aliados políticos, por essas mesmas relações econômicas.

2.3 – Das relações políticas

A pessoalidade por oposição à impessoalidade perpassa profundamente as relações como em muitas cidades interioranas, não seria diferente nesta cidade e em sua administração pública, onde a meritocracia – típica das burocracias vistas ou tidas como eficientes – é pouco praticada, principalmente quando constatamos uma grande leva de ocupantes de cargos comissionados preenchidos por parentes e amigos por vezes sem qualquer qualificação técnica.

Não raro as nomeações a cargos públicos, algumas vezes esdrúxulas por atenderem nítidos critérios de conveniência, acabam sendo agravadas quando se

constata a existência de funcionários-fantasmas, tudo para dar conta das compromissos de campanhas onde promessas de empregos são trocados por voto. Em suma, elementos que envolvem casos de clientelismo, levando a um inchaço na administração pública que ocorre na maioria das vezes, mediante a necessidade de atender às demandas dos apoios dados em eleições retribuídos com empregos.

Em meio a contextos de relacionamentos marcados profundamente pelo personalismo, típico a muitas cidade interioranas (CANIELLO, 2003) é que a sociabilidade ocorre, aliás, esta informalidade, acaba em parte, atingindo as esferas institucionais tornando a burocracia uma instância não tão impessoal assim.

As escolhas ou práticas políticas locais quase nunca obedecem a critérios de cunho partidário ou ideológico tanto por parte dos eleitores como por parte dos eleitos – como é comum no Brasil –, constituindo-se quase sempre em afinidade⁵ a nomes de candidatos (pessoalidade) ou a grupos políticos, pelos quais optam e com pouca frequência, chegam a mudar de posição, deste modo, esquerda e direita nunca ou quase nunca aparece nos discursos de políticos, de correligionário de grupos ou entre a população e, de modo geral, tais expressões parecem não passar de uma referência geoespacial quando utilizado em seus discursos.

Estes aspectos sobre personalismo mostram um elemento comum nos clássicos da sociologia brasileira e do pensamento político brasileiro, nas análises sobre o Brasil onde o público e o privado se confundem e se estendem como se não houvesse qualquer separação entre ambos (CARVALHO, 1997), além do fato de, em geral, as relações nas pequenas cidades se desenvolverem a partir de relacionamentos mais emocionais, como nos traz Magnani (1996) sobre Simmel e sua análise do habitante do pequeno município, por oposição ao indivíduo metropolitano, mais calculista etc.

Já as disputas políticas têm se desenvolvido, principalmente, a partir de dois grupos – como já fora dito acima. São eles o grupo de Ary Ribeiro Teixeira, médico e fazendeiro, que chegou a integrar quadros da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e em seguida partidos como o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o extinto PFL (Partido da Frente Liberal) e atualmente encontra-se no PMDB (Partido do Movimento

⁵ Uma possível explicação relacional deste elemento poderia se dar pelo fato de que esta mesma afinidade se estabelece, principalmente, por meio de vínculos que envolvem troca favores, cuja retribuição por parte do eleitor, se estabeleceria a partir do voto.

Democrático Brasileiro) e o de Marilene Campelo Nogueira, advogada e também proprietária de terras, antiga aliada de Teixeira (ela fora sua vice-prefeita) e filiada ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), ambos foram prefeitos por três mandatos não consecutivos, na Cidade. Mais recentemente, desde o ano de 2004, surge o nome de Sergio Silvestre de Oliveira, integrante do PSB (Partido Socialista Brasileiro), fazendeiro, produtor rural, advogado e auditor-fiscal da Receita Federal.

Destes três, somente Sérgio Silvestre jamais se candidatou a qualquer outro cargo eletivo. Este adentra ao cenário político local, de imediato, sem galgar carreira, como é costumeiramente comum (MIGUEL, 2003). Desde o referido ano que se candidatou pela primeira vez (2004), vem disputando cada nova eleição, realizando poucas alianças ou apoios a políticos locais ou estaduais de destaque maior capazes de lhe proporcionar maior proeminência no cenário local, não obtendo grandes êxitos, talvez por esse mesmo motivo. Um dos entrevistados, afirma ter apoiado este candidato, aliás, em seu relato ele afirma que a diretoria, no último processo eleitoral (2012) teria ficado dividida tendo alguns votado neste candidato enquanto outros, teriam votado em Ary Ribeiro.

Um aspecto da cultura política local desenvolve-se no âmbito dos apelidos que os grupos políticos recebem, são eles gafanhoto, vampiro e minhoca, – fato também presente em muitos outros municípios, embora tal tradição venha se extinguindo em razão, talvez, do fortalecimento dos partidos políticos e maior institucionalização dos processos eleitorais -, que caberia uma investigação de cunho socioantropológico no que diz respeito a origem de seus nomes.

Em Aracoíaba, os Gafanhotos (do grupo de Marilene Campelo, PSDB) se opõem há anos aos Vampiros (do grupo de Ary Teixeira, PMDB). Mais recentemente, surgem as minhocas (de Sergio Silvestre – PSB), uma sátira a seu lema de campanha política, por se autodenominar “da terra” e defender o voto em “gente da terra” nas eleições municipais, este discurso, é uma ofensiva a Teixeira e Campelo, cujas origens são de outros municípios (respectivamente, Icó e Itapiúna). Esses apelidos atribuídos a grupos políticos também aparecem na história eleitoral cearense de décadas atrás (MONTENEGRO, A. F., 1980).

É em meio a este contexto político, econômico e social que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoíaba (STTR – Aracoíaba) se insere não

só como parte integrante, mas também atuante e, por isso mesmo se torna elemento capaz de reforçar e ou modificar o conjunto de relações que se desenvolve nos mais diversos campos que se estabelecem nesta cidade.

Para esta pesquisa deteve-se em uma maior parte aos discursos do Entrevistado 01 cotejados com outros dois entrevistados, não por ele ser mais importante, mas por ser o ator que está mais diretamente ligado a sindicato, já que os Entrevistados 02 e 03 são respectivamente, integrante da FETRAECE (e, portanto, apenas responde por esta entidade) e um ex-militante partidário. O restante das análises se fez em decorrência de minhas observações e vivência prévias neste município, como já comentado.

3 – O sindicato e sindicalismo pelos sindicalistas: discursos oficiais

3.1 – A pesquisa e os entrevistados

Utilizou-se para esta pesquisa, um conjunto de entrevistas informais com mais de seis horas de gravação, uma delas se deu com um ex-integrante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), outra entrevista se deu com um ex-integrante de diretoria, desta vez do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba e uma última com um ex-militante do Partido dos Trabalhadores (PT), é válido observar que os dois primeiros também são filiados ao PT. Seus nomes foram ocultados. Também é necessário observar que alguns dos entrevistados já são por mim conhecidos, além disso, previamente já se observa e já se conhecia a atuação política de seus integrantes – observações que advêm do acumulado de memórias pessoais sobre o sindicato –, sem contar conversas (não gravadas) com alguns agricultores não associados ao STTR, fazendeiros e conhecidos que possuem alguma relação com a entidade trabalhista.

A entrevista pessoal (com ares de informalidade) com o Entrevistado 01 (E1), se deu na sede do STTR – Aracoiaba. Durante a entrevista com E1, um amigo seu esteve presente e acompanhando, ele é integrante da diretoria do sindicato e integra movimentos sociais. Em certo momento ele foi incentivado a tecer comentários, suas opiniões e percepções foram consideradas. Mas, como sua participação se deu em um curto momento da entrevista, suas posições não puderam ser aproveitadas plenamente, já que não temos seu posicionamento acerca dos demais pontos abordados pelo roteiro de perguntas. Esse amigo do Entrevistado 01 será chamado de A1.

O primeiro elemento que se pode perceber ao início da entrevista, por parte dos entrevistados E1 e A1, é certo ar de saudosismo, uma constante significação do passado como se este fosse mais politicamente expressivo, pela presença de padres e lideranças laicas atuantes e imprescindíveis do ponto de vista da ação política. Pessoas que, em razão de suas ideias, souberam agir (supostamente) em nome de certa coletividade, sobretudo em direção aos mais pobres ou em defesa destes.

Eu acho que nós vivemos uma outra realidade de liderança porque antigamente a maioria das lideranças que nasciam elas tinham uma inspiração num padre, num pastor, [...] na década de oitenta, noventa a gente tinha muito padre aqui que a gente tinha como referência [...]. A gente via muita liderança desses movimentos da Igreja Católica; também o movimento do MST com aquele movimento de acabar com a Ditadura, uma revolução que era o que a gente esperava que tivesse mas hoje... e hoje você quase não vê mais liderança.

Há, com relativa frequência, uma tentativa de legitimar-se enquanto sindicalista. No discurso do entrevistado, isso ocorre quando se percebe que E1, direta ou indiretamente relata condutas, feitos e conquistas suas e de seu grupo, seja o PT, seja a diretoria do sindicato, ou seja, o dos cutistas – o que ainda assim, se configura uma referência a si mesmo uma vez que ele próprio integra essas organizações. Há muitas possibilidades explicativas para isso, mas foge ao objeto da pesquisa investigar as possibilidades da chamada construção de si.

Além disso, é preciso afirmar que o próprio entrevistado em seu discurso fala frequentemente em nome do Sindicato, embora já não integre mais seus quadros, segundo ele mesmo, “eu saí do Sindicato, mas o Sindicato não saiu de mim”, aspecto que demonstra seu nível de envolvimento com esta organização e importância enquanto informante, mesmo tendo se ausentado da entidade. É evidente, como se percebe, uma tentativa de imprimir ou de se construir certa imagem, no momento do discurso, qualificando a si como “altruísta”.

Já o Entrevistado 02 (E2) é um integrante da diretoria da FETRAECE, seus relatos foram pouco utilizados nesta pesquisa, uma vez que com o decorrer da pesquisa o sindicato ganhou uma dimensão muito maior que a Federação, mesmo porque as estratégias discursivas do integrante desta entidade foram, durante toda a entrevista, a de reafirmar o mais completo distanciamento entre as atividades da federação estadual e os partidos políticos, enquanto no relato do sindicalista, tem-se o contrário, mas servirão de referência enquanto discurso oficial e possibilidade de contraponto a algumas argumentações apresentadas por E1 e E3.

O Entrevistado 03 (E3) é um ex-militante do PT. Atuou em campanhas para candidatos a deputados, os mesmos que o STTR de Aracoiaba apoiava, pôde desenvolver relações de relativa proximidade com integrantes do sindicato. Embora se mantenha filiado ao partido, hoje ele não atua diretamente na vida política da cidade, diga-se ainda que sua militância à época foi remunerada. Sobre E3 é preciso que se diga

que, por certo momento ele esteve mais próximo de um antigo opositor de E1 nas relações políticas internas do sindicato.

Sem dúvidas, há um maior foco nos relatos de E1, já que, afinal de contas é ele sindicalista e nosso foco é o sindicato local, e a partir de suas afirmações é que o mesmo reconhece que desenvolve ações políticas diversas com candidatos a cargos eletivos, sem deixar de realizar sua atuação como sindicalista e integrante de um partido, tornando possível, a partir dele próprio e do cotejo com a entrevista de E3, identificarmos o trânsito e a permeabilidade institucional do ator em questão.

A comprovação das informações expostas pelos entrevistados se deu pela própria confrontação dos relatos apresentados por estes, uma comprovação por outros meios não seria possível pelas dificuldades que isto implicaria, aqui apenas toma-se as falas dos entrevistados como uma espécie de modelo que exemplifica a multiplicidade das relações entre atores e instituições, bem como as percepções dos atores sobre o sistema político no qual eles se inserem.

3.2 – A organização sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais de Aracoiaba

Segundo o Entrevistado 01 (E1), ex-integrante da entidade, “a fundação do STTR de Aracoiaba, data de 28 de abril de 1963”, além disso,

O trabalho para fundar do Sindicato, aconteceu de forma conturbada, pois se por um lado os patrões e governos tentavam impedir, por outro, os próprios trabalhadores, que sem consciência de classe, não estavam tão interessados em formar uma entidade, já que não tinham clareza da sua importância.

Este aspecto sobre o início da organização deste sindicato, sem um objetivo ainda definido, e com olhares diferenciados sobre aqueles que iniciavam seus processos de ação política coletiva é que nos faz lembrar Gohn (1995) sobre as primeiras mobilizações sociais ocorridas no Brasil ainda colônia onde “na grande maioria dos casos faltava um projeto político-social que fundamentasse as ações. Tudo ocorria por conta da revolta e do calor da luta, em ações pragmáticas, sem nenhuma ou pouca estruturação racional” (p. 24).

El traz-nos ainda elementos que constituíam não só demandas da época como um dos motivos que contribuíram para a formação sindical. Assim ele relata:

As principais lutas eram pela diminuição nos pagamentos do arrendamento pelo uso da terra, que era de meia (metade da produção era repassada para os donos da terra) quando a terra era destocada e possível ser tratada com o cultivador de tração animal ou de terça (30% da produção, repassada para o dono da terra) quando o trabalhador pegava a terra bruta e brocava, queimava, plantava, cultivava e colhia. Outro aspecto que o sindicato combatia, era o sistema de sujeição que os patrões tinham sobre os trabalhadores, com relação ao “fornecimento”, que era uma espécie de mercearia, que cada fazendeiro tinha, onde o trabalhador comprava o querosene, a rapadura, a farinha, o sabão, a cachaça, algum tipo de enlatado, instrumentos de trabalhos, vestimentas, rede, outros produtos que não eram possível obter do roçado. Sendo que o trabalhador era obrigado a dar três ou quatro dias de serviço para a fazenda e o pagamento era feito com a mercadoria, que patrão anotava num caderno, ao bel prazer, de forma que ele nunca tinha nenhum saldo positivo. O que ele trabalhava, ou o que ele produzia, nunca era suficiente para pagar a conta do “fornecimento”. Isso significava, que era impossível a emancipação ou a abolição do trabalhador, desta situação se semiescravidão.

Este sistema de relações de trabalho tradicionais no campo, é descrito por Barreira (1992), e de algum modo contribui para demarcar e reforçar a dominação do patrão, do dono da terra, numa constante dependência do trabalhador em relação ao patrão e do conseqüente sobressaimento da figura do fazendeiro.

E quanto às “origens” do sindicato, esta teria ocorrido no contexto da década dos anos sessenta em que qualquer forma de mobilização podia ser vista como ato de insubordinação ao Estado e passivo de perseguição, como parece ter ocorrido com o STTR de Aracoiaba nos relatos do entrevistado ao afirmar que:

Relatos [...], contam que nos primeiros anos de funcionamento do Sindicato, houve perseguição contra os membros do Sindicato, os professores do MEB (Movimento de Educação de Base) e outras lideranças, [...] sob a acusação de serem comunistas.

Sobre movimentos e conflitos Gohn (1995) coloca os conflitos sociais no campo como uma das características das lutas que surgiram no século XX no Brasil⁶. Citando alguns como o Movimento Pau de Colher em 1935, na Bahia que consistiu em uma comunidade rural formada a partir da ocupação de terras; a Revolta de Porecatu de 1950 no Paraná, que envolveu posseiros e grileiros pela posse da terra; já de 1958 a 1964 surgem movimentos pela reforma agrária: em 1960 surge o MASTER (Movimentos dos Agricultores Sem-Terra) no Rio Grande do Sul, a partir do conflito pela posse de terras; em meados da década de cinquenta, as Ligas Camponesas do Nordeste, com a participação de setores da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro; em 1963, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que aparece como entidade representante dos trabalhadores do campo, sindicalismo fruto de alianças entre PCB e Ação Popular. Já no ano de 1979, alguns registros históricos datam a formação do Movimento dos Sem-Terra em Santa Catarina e a criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens⁷, neste mesmo Estado.

Atualmente, o STTR – Aracoíaba, segundo o Entrevistado 01 possui em torno de cinco mil filiados, o Entrevistado 01 não soube precisar e, reconhece que desses, entre um mil e um mil e trezentos associados contribuem com certa periodicidade com o sindicato, e um número ainda mais reduzido comparece às reuniões promovidas pela entidade. E, ao longo de décadas, as demandas alteraram-se:

Hoje, a busca pelo sindicato é mais uma conveniência, do ponto de vista de garantia dos direitos sociais (aposentadoria, pensão, salário maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão). Não há uma adesão ao sindicato, numa perspectiva de fortalecimento da entidade, na busca da transformação social ou da luta de classes.

Deste modo, pelo relato de E1, a possibilidade de acessar bens, garantias e direitos que se realizam, de algum modo, pela intermediação do sindicato, já que para acessar certos direitos precisam de uma comprovação de que são agricultores, e um

⁶ Para ela e também para Sherer-Waren (2011) os movimentos messiânicos também trouxeram questionamentos sobre a propriedade rural, entrelaçada, claro, a elementos de cunho religioso.

⁷ O MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, está presente em Aracoíaba, organização formada em razão da remoção de famílias e povoamentos para, no caso aracoíabense, a construção Aduutora Aracoíaba-Baturité.

modo de se comprovar é pela carteira de sócio do sindicato, isto, de algum modo é que parece servir de indutor para as pessoas se associarem ao STTR local.

El também teceu comentários sobre integrantes da diretoria do sindicato e do próprio PT, afirmando que alguns desconhecem e em alguns casos são apáticos a atuação política e à vida partidária. Esse teria sido, para ele preço de crescer a qualquer custo o número de filiados,

Aí, quando no dia... Uma mulher *do diretório* vem dizer na minha cara “eu detesto política, coisa mais ruim!”. E eu [disse], “o que diabo a senhora tá fazendo aqui num partido político? Isso aqui é pra quem gosta de política!”. A mulher diretora de um partido político dizer que detesta política?!

Enquanto isso, o sindicato conta com pessoas que, em sua opinião não possuem conhecimentos sobre direitos civis e sociais o bastante para representação da entidade em conselhos municipais nos quais tem cadeira. Aspecto que ele vê como negativo, e reconhece erros como a falta de uma formação política: “e nesse conjunto acho que não tem nem 8 que tenha uma certa clareza do que é política pública, do que é participação social, do que é participar.”

Não é possível esperar que, mesmo em se tratando de uma organização, todos estejam em mesmo grau de envolvimento e participação, mesmo porque a própria organização não permite isso e o nível de interesse e investimento das pessoas nessas mobilizações ocorre em proporções distintas.

Dahl (1988) e Michels (1982) é que nos mostram esses aspectos, aquele procura dividir em estratos a sociedade, desde os que são apolíticos aos que detém o poder; enquanto este ao demonstrar o caráter oligárquico das organizações, apresenta o modo como o poder por diversas razões pode tender a se estabelecer entre uma minoria que (co)manda e uma imensa maioria que obedece a seus estímulos.

Nesta pesquisa, esses elementos somados a outros parecem ter contribuído para a formação de uma espécie de elite sindical, um grupo detentor de maior influência por sobre os demais, talvez pela concentração de capital político, simbólico e social, acumulados ao longo das trajetórias destes sindicalistas, principalmente desde 2001, quando os cutistas passam a presidir a entidade, possibilitando mobilização de votos para candidatos.

3.3 – Relações entre o sindicato, instituições e governos

Como era de se esperar e em alguns casos já se sabia, foi constatado na entrevista que o Sindicato mantinha ou tentava manter relações com outros organismos, instituições, não somente com partidos. Esboçaremos suas relações com essas outras entidades de classe ou não.

Começamos pela relação do sindicato com a FETRAECE, entidade que representa os agricultores a nível estadual, congregando todos os sindicatos de trabalhadores rurais do Ceará. Os relatos parecem dar conta de uma atuação articulada (como que em rede, no sentido de que se estabelecem vínculos, o que não significa existir um relação horizontalizada), pois enquanto filiados a esta entidade, E1 afirma seguirem suas recomendações e atividades por ela iniciada tais como “as Assembleias, Plenárias, Congresso, eventos de massa como o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas e outros”, que serviriam também como instrumentos de pressão e cobranças por políticas públicas.

Além disso, ele também comentou sobre seu potencial de representação e atuação ao mencionar que a FETRAECE “tem poder de negociação com qualquer autoridade estadual, desde o governador aos chefes de repartições do Governo do Estado”, embora não cite momentos em que isso tenha eventualmente ocorrido. Ele segue afirmando que esta representação também alcança “as autoridades que representam o governo federal aqui no Ceará. É o caso do INCRA, INSS, DNOCS”.

Novamente, mesmo não dando exemplos claros e específicos das consequências práticas da atuação da FETRAECE, ele afirma ainda que “ela tem conseguido negociar [...] defendendo os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras”. Ao mesmo tempo, talvez tentando de algum modo explicar os limites de uma suposta combatividade desta organização, reconhece que essa negociação ocorra mesmo sabendo que “a correlação de forças nem sempre seja de combatividade ou de radicalidade, já que a mesma desenvolve ações em parceria com os mesmos”, se referindo aos governos e seus órgãos citados acima.

Já aqui, pode-se dizer que tem-se um exemplo de *permeabilidade e trânsito institucional*, quando se afirma que há parceria, ou pelo mesmo, uma relação próxima entre a Federação e o Estado no desenvolver de ações políticas, que pelo trânsito dos

diferentes atores que integram o *tecido do Estado* ou as instituições sindicais, podem por meio de canais de negociação passar a se inter-relacionar.

O próximo trecho, retirado da fala de A1 demonstram como este trânsito e esta permeabilidade podem também se desenvolver, ele fala numa perspectiva de perda de referências políticas e em tom de saudosismo, e reclama da ausência de padres de “luta” como os que existiam antes, e do fato de que antigas lideranças estarem atuando junto ao Estado:

“A gente vive hoje uma nova realidade de liderança... Na década de oitenta e noventa a gente tinha muito padre como referência [...] hoje a gente quase não vê liderança... as lideranças hoje ou tão na prefeitura *atrelados*, ou ficaram num comodismo que lutar não vale mais a pena.” (Grifo meu).

Seu discurso torna-se um pouco mais emblemático quando continua com sua ideia de que perdera os referenciais pelo envolvimento das organizações dos movimentos sociais com o Estado: “eu não tenho mais fé no MST, eu não tenho mais fé na CUT, não tenho mais fé na FETRAECE que deixaram de ser classista, de lutar por uma causa, pra se atrelar ao poder político”, e finaliza partindo agora para a ideia de referenciais políticos: “eu não tenho mais o MST como referência, eu não tenho mais o MAB como referência, eu não tenho mais a CUT como referência, e os padres que a gente tinha como referência antes não existem mais”.

O discurso de A1 é significativo, não só porque demonstra percepções suas sobre instituições diversas como pelo fato de ele revelar alguns aspectos que envolvem aproximações com o Estado, sendo válido lembrar que ele integra algumas dessas entidades não hesitando em revelar seus incômodos. Pode-se afirmar, de acordo com D’Araújo (2009) que essa relação também ocorre na esfera federal, não só na estadual, já que a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, por razões inúmeras, aumentou a presença de integrantes de instituições sindicais na cúpula do governo, em cargos de confiança.

Em outro momento, a FETRAECE é caracterizada pelo entrevistado E1 como “um braço do Estado”, “um departamento do governo do Estado”, por executar projetos em parceria com este, mas ele reconhece isso como algo importante. Na verdade, a própria parceria em si entre os dois é rapidamente caracterizada, em seguida, como algo positivo pelo nível de importância desses mesmos projetos e seus impactos positivos

junto à população rural. Esses posicionamentos expõem a ambiguidade de parte de suas opiniões sobre esta instituição.

Assim, sua insatisfação não se faz unicamente com a Federação, organismo classista, mas também com um movimento social de tradição reivindicativa, o qual ele integra, embora não se saiba o nível de envolvimento e relacionamento que E1 estabelece para com os dois (Federação e movimentos sociais).

De maneira geral, podemos dizer que o que o Entrevistado 01 reivindica é a presença de elementos como autonomia e liberdade, tão caros a qualquer movimento sindical ou social, e que pela relação que desenvolvem podem comprometer a legitimidade da organização em si.

Assim, a ideia de como a organização dos movimentos sindicais dos trabalhadores e da sociedade civil *deveriam* ser ou mesmo como eles *foram* em certos momentos, ou seja, autônomos, reivindicativo, independente e combativos, é por ele próprio (E1) posta em contraposição ao modo como eles *são*, como se encontram atualmente.

O atrelamento dos movimentos e das lideranças à estrutura organizacional e política do Estado, parece provocar perda de referência e, de modo geral, em seus relatos, com base em elementos que para o entrevistado, parece pôr em xeque alguns princípios como a capacidade de reivindicação junto ao Estado, numa perspectiva classista, e principalmente combatente, autônoma e livre de qualquer influência.

Mas, depois de captarmos tudo isso, não seria também controvérsia por parte dos sindicalistas criticar a proximidade com o Estado ou governos, uma vez que declara-se e assume-se a relação com candidatos por parte do Sindicato do qual integram os quadros, declarando apoios a candidatos, que seu ex-integrante prefere denominá-los de “interlocutores”?

O sindicato de Aracoiaba ou pelo menos, setores que compõe esta entidade desenvolvem apoio a algumas candidaturas, tanto nas eleições municipais como para os cargos de deputados, senador, além de cargo majoritário de governador e presidente, no entanto, os apoios não são unânimes, embora haja uma tentativa de unificar o voto dentro da diretoria e entre os agricultores, o que de alguma forma ainda torna aparente a possibilidade de relação entre sindicalistas e candidatos:

Sempre houve o esforço de tentar [unificar] [...] Houve o esforço de tentar unificar a diretoria. O que nunca foi possível. [...] A gente não consegue fazer consenso, nem com relação a diretoria, imagine fazer com os agricultores. Então, o povo não tem clareza da importância que tem de eleger um vereador. Na cabeça das pessoas, vereador é aquele que... Primeiro, tem que ter estrutura na cabeça do povo. O vereador que não tem nem um carro pra lhe levar pro hospital, ou pra fazer uma viagem a Fortaleza. Ou pra botar uma carrada de areia aqui, ou pra ir buscar uma mudança, ou coisa assim, ele não presta pra se eleger não. Na cabeça do povo, vereador “liso” não existe.

Em seu discurso, a unificação do voto aparece como um recurso, uma estratégia para tornar possível uma representação classista, um tipo de voto que viria de um “esforço de consciência” de que se deve votar e eleger certo de político, que não seja aquele que desenvolve ações assistencialistas e clientelísticas.

Em relação à CUT, A1 afirma que, antes, quando a mesma não era *governista*, estava do lado do grevista, na fábrica. Mas agora se atrelou ao Estado. Aliás, não só A1 como E1, têm visões semelhantes. Sobre esta relação partido-central sindical-governo, o Entrevistado 01 busca definir o modo como se estabelece a relação de proximidade que existe entre centrais e partidos políticos no Brasil, “cada entidade tem como fonte inspiradora uma tendência política. A CUT é do PT...[corrige-se] dos partidos de esquerda, [...] o pessoal do PDT tá na Força Sindical, PTB também. Pessoal do PCdoB fundou a UGT e o pessoal mais da esquerda, pessoal mais radical, mesmo, mais combativo, fundou o Conlutas [...]”.

A associação das centrais aos partidos é assumida e vista como algo que envolve ideologia, embora durante a entrevista, não se tenha buscado investigar o que o entrevistado concebe sobre tal termo, é como se ele justificasse que a aproximação se desse quase que exclusivamente por afinidade comum, não citando nenhum outro elemento capaz de fazer com que a associação entre esses dois organismos ocorra.

Essa aproximação entre movimentos sociais e sindicalistas que passam a integrar o *tecido do Estado* é algo que parece ser ambíguo, ou pelo menos, é algo que é ao mesmo tempo aceito e criticado pelo entrevistado, que ao mencionar o fato de que alguns atores integrarem governos, ele relata:

Hoje a gente tá num contexto diferente. Os movimentos sociais que antigamente nasceram para lutar, pra reivindicar, os movimentos sociais que não conseguiam... não estavam preparados pra governar. A própria Contag não

conseguia ir à Brasília para a Marcha das Margaridas... ia muitas vezes pra apanhar da polícia e hoje o governo consegue dialogar. Então, o movimento social que só tinha aquela meta de ir pra Brasília para bater, pra criticar, pra denunciar hoje não conseguiu avançar.

Assim, ao passo que antigos setores da esquerda alcançam o Estado e a relação com movimentos muda (ao menos aparentemente), na percepção de E1, esta alteração promove certo grau de modificação na própria forma de agir dos movimentos que se veem, por assim dizer, sem saber ao certo como se portar diante dessa nova conjuntura política.

Deste modo, a aproximação ao Estado por parte dele é visto com desconfiança. Ao mesmo tempo em que se faz necessário observar que ele e os demais sindicalistas promovem uma aproximação junto a políticos, chegando a chamá-los de “interlocutores”, como veremos na sessão seguinte.

Voltemos, agora, para observar sua relação com outros movimentos sociais. Ao ser feita esta pergunta ele voltou-se, principalmente, para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), afirmando, de imediato que, “no ano de 2004 trouxemos para Aracoíaba o MAB”.

O uso do “nós”, frequentemente aparece em seu discurso, por vezes para imprimir certo ar de coletividade, união e coesão do grupo, outras vezes, em outros momentos, parece advir como estratégia para falar de si, evitando ser identificado como talvez, um possível egoísta, alguém que parece se vangloriar de seus atos e suas conquistas.

Continua o entrevistado, afirmando que “Este movimento [o MAB] tem atuação constante no Maciço de Baturité, de modo particular, nas comunidades impactadas pelas barragens⁸”. Novamente o entrevistado não cita fatos de onde e como teriam ocorrido ou estabelecido maiores vínculos com esta organização, não se sabe se o vínculo limita-se ao fato de terem (segundo seus próprios relatos) “trazido” esta organização para a região, ou se ele foi e continua próximo a esta organização.

Outro aspecto interessante em seus relatos está na tentativa de justificar a importância da organização, principalmente daquelas em que seu nome encontra-se, de

⁸ E1 se refere, principalmente, ao Açude Aracoíaba, para abastecer, em especial, os municípios de Aracoíaba e Baturité.

algum modo, envolvido, seja por ser integrante, por ter implantado, por ter contribuído na formação e na organização. Não poderia ser diferente a respeito do MAB, assim E1 os enaltece afirmando que “eles mobilizam caravanas para audiências e ocupações de prédios públicos, dão cursos e treinamentos para as famílias, capacitam lideranças, mobilizam grandes quantidades de pessoas para as atividades”, finalizando ao afirmar que “discutem nas bases os problemas, formam ou apoiam as associações comunitárias, se articulam em nível nacional”.

No que diz respeito ao relacionamento com Organizações Não-Governamentais (ONG), segundo seus relatos, uma das poucas vezes que isso ocorreu foi com a Articulação Semiárido (ASA), organização que congrega uma rede de entidades no semiárido brasileiro, cujas ações são voltadas para o convívio com este clima e esta região. A ONG em questão desenvolve, segundo o entrevistado, as seguintes ações: “cisternas de placas, cisterna calçada, barragem subterrânea, mandala, quintais produtivos, bomba d’água popular e outras”. Embora a relação não apareça de forma tão clara em seus discursos, de algum modo a entidade mantém proximidade com entidades não-governamentais.

Sobre esta questão envolvendo ONGs, captou-se na resposta um pouco sobre a percepção do entrevistado sobre este tipo específico de organização. Seu comentário parece ser como em outros momentos, uma tentativa de justificar a vinculação do sindicato a este tipo específico de organização da sociedade civil.

Aparentemente E1 procura constantemente defender certos posicionamentos que foram quase sempre aqueles que ele já cometeu ou que já ocorreram com ele ou com a entidade que integrou, como por exemplo, ter feito parceria com ONG, em razão disso sobre a relação com elas ele, tentando justificar a importância dessas entidades, afirma que “os organismos do governo, não são suficientes para dar conta de implementar as políticas públicas voltadas para as populações rurais. As ONGs sérias têm ajudado e muito ao governo e à sociedade no processo de discussão, proposição”.

Quanto à questão da relação com o poder público municipal, tem-se diferentes relatos a depender do período histórico em questão. Para ele, esta relação sempre foi a de cobrança de políticas públicas, embora estas jamais tenham sido atendidas, mas “historicamente o STTR de Aracoíaba, vivia atrelado ao poder local. Inclusive, um dos

presidentes foi vereador e vice-prefeito.” E o sindicato ainda “contava com funcionários pagos pela prefeitura e outra benesses”.

Essa questão do ex-presidente que já fora vice-prefeito e vereador, é justificada na entrevista pessoal em razão do fato de que este possuía uma relação com o sindicato em sua juventude e porque seu pai era agricultor. De todo modo, continua-se a considerar uma diferença entre os dados obtidos por meio de um formulário e os obtidos por meio de entrevista informal.

Para ele, a situação se altera quando, aquilo que ele chama de “um grupo de cutistas”, do qual ele se inclui, assume o sindicato nas eleições de 2001, assim sendo, após isso, “esta aliança foi rompida e o sindicato passa a assumir uma postura de independência e de oposição propositiva e de cobrança das políticas públicas para o campo”. Com isso, a relação com o poder público, deixa de ser amistosa para ser conflituosa, em função da (suposta) postura combatente de seus novos integrantes.

O Entrevistado 01 assume assim um discurso baseado na ideia de ruptura histórica com práticas e relações sindicais que se desenvolviam antes, semelhantes às exposições acima sobre o sindicalismo marcado pela ideia de novo e velho, ou seja de ruptura com um certo passado.

Mas, um exemplo de uma situação conflituosa com o poder público municipal está presente quando E1, afirma que “por ser de oposição, por cobrar e denunciar as omissões e descasos do poder público, um vereador⁹ no ano de 2007 acusou toda a Diretoria do Sindicato, de ser uma quadrilha”, e continua dizendo que “Fomos para a Câmara Municipal, pedir o direito de defesa, que foi negado pelo presidente da casa, que acabou chamando a polícia para nós”. Finalizando por dizer que somente um vereador prestou-lhes apoio.

É válido lembrar que este episódio se relaciona a uma ocupação de terras ocorrida em 2005 e 2007, do qual segundo ele, houve a participação do sindicato com apoio, tendo o entrevistado, participado destes momentos, sendo que em razão da última ocupação um processo judicial lhe fora apresentado:

⁹ Este vereador se tornou vice-prefeito e é, atualmente, secretário na administração que governa atualmente o município, trata-se de Nazareno Bezerra.

Duas fazendas foram ocupadas por trabalhadores rurais e nas duas vezes, o sindicato esteve apoiando. No ano de 2005, foi a Fazenda Uruanã, de propriedade do Sr. Jaime Aquino da CIONE, em Chorozinho/Ocara, que acabou não dando certo, por conta da morosidade do INCRA e de alguns funcionários que não colaboraram com o processo, que seria de compra pelo Decreto Federal. A ocupação durou quase três anos e conseguiu mobilizar mais de 1.200 famílias de vários municípios (Aracoiaba, Redenção, Ocara, Chorozinho). No mês de maio de 2008, foi ocupada a Fazenda Filadélfia, de propriedade do Sr. Neftali Figueiredo, em Assunção/Pedra Aguda, no município de Aracoiaba, que acabou sendo reconhecida como improdutiva e já foi desapropriada e 17 famílias estão assentadas. [...]Esta luta me custou um processo na Comarca de Aracoiaba, por formação de quadrilha, invasão de propriedade e depredação do meio ambiente.

Um último ponto a ser colocado é esta relação com o governo municipal, em que ele afirma que eles, os sindicalistas, nunca sofreram qualquer tentativa de interferência em seus assuntos internos, ao passo que em certo momento afirma que houve períodos em que o sindicato contava com funcionários pagos pela prefeitura local, bem como no oferecimento de serviços de saúde¹⁰: “era muito sindicato de balcão, [...] e durante muito tempo o sindicato tinha convênio com a prefeitura [...], o dentista, ele era contratado pela prefeitura e pelo sindicato [...] Tinha vários médicos [...]. Todos eles eram pagos pela prefeitura”.

Para o governo local, o Entrevistado 01, afirma não possuir “interlocutor”. Apesar de o PT possuir um vereador na Câmara Municipal, o entrevistado afirma não considerar suas posturas como a de um petista, além disso, reclama do fato de ele nunca ter aparecido a uma reunião do Sindicato. Afirma que “o mandato dele é muito apagado, apagado, assim, pro padrão de um petista que é combativo, que denuncia, que critica, que participa, que movimenta a comunidade”.

A respeito deste mesmo político E1 critica sua não atuação junto ao sindicato reclamando dele participação em reuniões da entidade, criticando-o porque “nunca participou de uma reunião do sindicato”. Percebe-se que a participação junto a entidade é não só algo desejado como esperado, *trânsito* e *permeabilidade* são almejadas.

¹⁰ Sobre o oferecimento de serviços de saúde dentro de sindicatos, E2 afirma que durante décadas essa atividade fora desenvolvida paga pelo Governo Militar, nos sindicatos que se mantivessem sem questionar o governo instalado em 64.

Mas a possibilidade de que um próprio agricultor torne-se um vereador, junto aos governos municipais aparece quando E2 afirma que desde 2004 a FETRAECE incentiva candidaturas de agricultores, como se verá em outro momento. Neste sentido ele afirma que cerca de 30 agricultores se tornaram vereadores em suas respectivas cidades. Talvez se possa encarar isso como uma alternativa para romper com o “interlocutor”, já que a partir daí tem-se a possibilidade de que o próprio agricultor atue diretamente junto a governos, sem a necessidade de um intermediário sem relações tão próximas com o sindicato local.

Nesta sessão buscou-se atentar para alguns aspectos ambíguos dos relatos apresentados, essa ambiguidade em alguns casos é constatada quando as ferramentas investigativa muda, deixa de ser formulário e passa a ser uma entrevista, na próxima sessão isso continuará, bem como no próximo capítulo onde os relatos dos entrevistados e não só o de E1 serão cotejados.

Além disso, até aqui neste capítulo, tem-se buscado captar as percepções do entrevistado sobre diversas organizações, assim como as relações desenvolvidas por estas e o sindicato, tomando como base única os relatos dados, deste modo pode-se perceber que a entidade sindical desenvolve parceria ou ações conjuntas com outros organismos. Novamente, o *trânsito* dos atores entre as instituições, nos possibilita ver sua *permeabilidade*, numa busca não só por benefícios coletivos, mas por possíveis bens simbólicos individuais para sindicalistas.

3.4 – Da relação com os “Interlocutores”: Sindicalismo e Partidarismo

E1 confirma o apoio dado a certos candidatos e utiliza o termo “interlocutores”, para classificar e definir a suposta importância destes mesmos apoios, justificando-os pela necessidade de se ter representantes nas instâncias governamentais no intuito de que as demandas da classe possam ser atingidas ou pelo menos levadas aos governos federal ou estadual.

O que estaria justificaria esses apoios, se no formulário entregue pelo entrevistado, a ideia de “interlocutor”, como alguém capaz de defender e representar agricultores e agricultoras é estabelecido e defendido como algo positivo enquanto na

entrevista pessoal ele admite não existir maiores consequências práticas para o sindicato e seus associados decorrentes dos apoios dados aos candidatos eleitos?

Vejamos como a ideia de “interlocutor” avança e ganha significados em seu discurso, e ao mesmo tempo serve de justificativa para prestar apoio a candidaturas. Há diferença entre suas opiniões em torno da ideia de “interlocutor”, quando eu lhe questiono sobre eles, por meio do formulário e depois com a entrevista, onde se pode aprofundar mais os assuntos.

É importante que se reafirme que a ideia de interlocutor parece pressupor um alguém destinado a representar politicamente alguma ideia, um indivíduo ou um grupo. Alguém disposto a falar em nome de quem ele representa ou mais que isso capaz de elaborar ou executar políticas públicas em benefício ou em assistência a certos setores organizados ou não.

Na última eleição, os diretores, em sua maioria, votaram em Rachel Marques e Eudes Xavier para o parlamento estadual e federal, respectivamente. Estes têm levado algumas demandas do município para o Governo do Estado e o governo federal. No parlamento municipal, não temos nenhum interlocutor. É importante sim que existam estes apoios, pois como eles estão mais próximos do poder maior, têm informações sobre as políticas e programas, o diálogo com as instituições do governo se torna mais fácil.

Exatamente por ter comentado que seus “interlocutores” têm levado aos governos estaduais e federal suas demandas é que se torna possível se questionar, quais seriam essas pautas e principalmente, qual tem sido o retorno dado por esses mesmos candidatos, agora deputados, a seus eleitores. Afinal de contas, o que eles, os agricultores de Aracoiaba têm recebido em troca desses apoios que possam justificar uma mobilização para a campanha de certos candidatos?

Carlos – Não só em relação ao Eudes Xavier, mas em relação a outros apoios, que você podem ter dado a outro político, vocês sentem algum retorno?

E1 – Não, não.

[...]

Carlos – Só voltando àquela questão que a gente *tava* sobre esses interlocutores que vocês têm. É válido investir nesses interlocutores, nesses políticos?

E1 – Rapaz, não.

Carlos – Tem sido válido?

E1 – Não, porque como eu te disse. As pessoas conseguem as políticas, a pessoa individualmente consegue, que dirá a entidade. É importante ter um vereador, um deputado? É! É importante pra gente ter

mais força, pra conseguir uma audiência com o governador e é um parlamento, é importante ter um deputado pra propor leis e as políticas públicas. É um instrumento que a gente nunca, num vou dizer abrir mão deles, mas [...] *o sindicato acho que nunca precisou desse povo assim, né? o sindicato hoje consegue caminhar com suas próprias pernas...*

A justificativa para a possível falta de “retorno” por parte dos políticos apoiados por eles encontra resposta tanto na falta de busca por parte do sindicato, como pela quantidade de voto dado ao político. Além de outros aspectos como a relação do “interlocutor” com o executivo.

E1 afirma que, em geral, eles é que procuraram os deputados, para apoiá-los nas eleições, diz ainda que um vínculo maior não existe porque eles mesmos é que não têm ido à procura daqueles “quem tá interessado é que vai atrás”, e reconhece depois que têm se omitido, “a gente é que não foi”, ao mesmo tempo em que no formulário ele afirma que, “precisamos ser protagonistas e não viver à reboque da agenda ou das informações dos políticos. Ao contrário, eles é que precisam estar atentos às nossas agendas”.

Além disso, a pergunta a se fazer é: porque continuam apoiando candidaturas, se sequer têm ido à procura deles, ou melhor, se não há vínculo, se não há benefícios, não há retorno, se eles sequer têm ido à procura de políticos depois de apoiados e eleitos por eles mesmos, e principalmente, se o sindicato nunca precisou destes podendo caminhar com suas “próprias pernas” como ele mesmo afirma, por que considerá-los como interlocutor? Por que o apoio ocorre? Estes elementos nos fazem questionar o motivo desses apoios celebrados.

O mais emblemático em torno da possibilidade dos estabelecimentos desses “interlocutores” é a possibilidade de qualquer retorno, enquanto benefício para os agricultores locais encontra-se após certa insistência de minha parte sobre o tema, onde E1 reconhece não haver retorno e completa, “o sindicato acho que nunca precisou desse povo assim, né?”. Como vimos no trecho.

Após reconhecer que o sindicato não tem procurado seus “interlocutores” como deveria, E1 completa, talvez tentando justificar: “a Rachel veio várias vezes aqui”. O Entrevistado 03 também cita a presença de Rachel Marques na cidade e o apoio do Sindicato num momento, conduzindo aqueles que estavam em uma reunião sindical a se

dirigirem para o local onde a candidata estava para o lançamento de sua campanha. No relato de E1 tem-se

Carlos - Mas nessa reunião de lançamento, vamos chamar assim, vocês, inicialmente, falavam com eles [os associados ao sindicato] em reunião aqui [na sede do STTR-Aracoiaba], em assembleia?

E1 – Sempre era combinado aqui. Eu falei 22 (incompreensível), mais seis delegados de bairro. Então, é um grupo de bem 30 pessoas [está se referindo ao total de membros que compõem a diretoria sindical].

Carlos – Junto com os filiados, vocês fazem essa espécie de lançamento da candidatura...

E1 – É, só que é difícil, como eu te disse. A gente não consegue fazer consenso, nem com relação a diretoria, imagine fazer com os agricultores.

Assim, a busca *também* parece ocorrer por parte dos próprios políticos, não bastando somente que haja certa intencionalidade dos STTRs em apoiá-los, mas de que os candidatos se façam presentes, que se mobilizem minimamente a fim de que possam conquistar os votos – o *trânsito* é fluido e de ambas as partes. É provável ainda que os próprios políticos, em alguns casos, contatem os sindicatos, ou mesmo a federação para que a mesma acione os sindicalistas/sindicatos. Mas isso exigiria maiores evidências, no entanto E1 comenta algo que nos leva a concordar com essa possibilidade, quando ele afirma que um ex-integrante da FETRAECE iria se candidatar: “Inclusive, o próprio [nome de integrante de FETRAECE], acho que em 2002, ele tava cotado pra ser candidato a deputado, só que, aí, *muitos sindicatos [já] estavam comprometidos com outras candidaturas*”. Estas e outras hipóteses para explicar a relação entre sindicalistas e candidatos são sempre possíveis.

No caso da “interlocução” Rachel Marques, em certos momentos E1, para explicar o apoio dado a ela, faz isso tentando salvar sua atuação enquanto parlamentar, de “pouca atuação” em benefício do sindicato ou dos agricultores, afirmando que essa pouca atuação ou pouco poder de barganha advém do fato de não ser “bajuladora do governo”, tentando, por esse motivo, justificar o apoio dado por eles a ela, finalizando ao dizer que ela sempre fala em defesa dos agricultores, e que assim ela consegue dar voz ao movimento.

De modo um pouco diferente ocorre com relação à “interlocução” de Eudes Xavier, tenta-se justificar o apoio dado a ele, embora reconhecendo que ele tenha outros campos de atuação política. E1 fala da relação de Xavier com a economia solidária e o desenvolvimento territorial, e reconhece que sua atuação política seja muito mais voltada para Fortaleza e Região Metropolitana do que às comunidades rurais. Cabe

novamente a pergunta: porque então buscá-lo? Por que apoiá-lo se sua atuação seria predominantemente desenvolvida no âmbito daquelas regiões?

El tanto integra partido político, como movimento social e sindical, seu discurso parece ser, na verdade, e de maneira geral, uma multiplicidade de crenças, onde parece concordar com qualquer ação política que carregue consigo pretensões que ele julgue ser reformistas que caminhem no sentido de diminuir as desigualdades sociais, mas principalmente, econômicas, e para isso, ele não parece se importar se os meios para tanto se encontram na ação dos movimentos sociais ou dos partidos, embora pareça optar por aqueles, não por acaso, o ambiente político que ele frequenta e integra com mais intensidade e, principalmente, com mais influência.

Também é percebido que, como foi dito acima, o sindicalista, por vezes, chega a criticar governos, assim como a atuação parlamentar inclusive de candidatos eleitos apoiados por ele. Seria esta uma estratégia? E se for, seria uma tentativa para mostrar capacidade de que, apesar de apoiar candidaturas e se envolver politicamente com estes, se manteria combativo, com lucidez analítica e com independência para tecer comentários de quaisquer teor sobre estes mesmos candidatos, mesmo tendo sido integrante do sindicato, reafirmando assim, seu posicionamento crítico e lúcido, demonstrando não ter sido cooptado?

Além disso, por não ser parlamentar, mas tão somente ser filiado a um partido, El ao mesmo tempo, com mais frequência, busca se situar dentro âmbito dos movimentos sociais, reconhece-se como alguém que executa demandas junto a governos, e que por isso mesmo não encontra-se dentro da estrutura governamental, e é seu próprio discurso que dá conta disso, quando afirmou no trecho mencionado a pouco que “eles [políticos] é que precisam estar atentos às *nossas* agendas.” (Grifo meu). Aqui, pelo uso da expressão *nossa* ele passa a se situar no âmbito dos movimentos. Seria mais uma aspiração de se colocar como combativo? De se colocar como um analista crítico, apesar do apoio prestado? Ou seja, se portando do modo como se espera, como se *deveria* se portar um sindicalista: questionando, criticando?

É bem verdade que a possível ambiguidade do discurso do sindicalista, que se coloca aqui, começa com o próprio fato de o mesmo falar em nome de uma entidade da qual ele sequer integra (ele mesmo reconhece isso afirmando que embora tenha saído da entidade a mesma não saíra dele – como no trecho exposto acima), mas que, muito

provavelmente, tenha total abertura, uma vez que, por vínculos pessoais de amizade seu acesso ao sindicato seja de um *trânsito* livre, que também ocorre por suas habilidades de articulação política, reconhecimento de sua figura no município (por ser uma liderança rural – possibilidade de influenciar pessoas), capacidade técnica e conhecimentos sobre aspectos legais ligados ao campo e no âmbito dos direitos civis e sociais, enfim, de uma legitimidade conquistada dentro da entidade, ou melhor, por entre os atores que dela fazem parte e decorrente de um acumulado de *capitais simbólicos, políticos e sociais*.

Para finalizar, E1 na tentativa de explicar os apoios, passa a tratá-los como algo ideológico, que ocorre por afinidade de ideias, mesmo argumento para explicar a filiação à CUT em relação a outra entidade: “Na verdade, por ser do PT. A gente tem um histórico de interlocutores. A minha opção pelo PT é muito mais ideológica do que pragmática. [...] do ponto de vista pragmático, nós teríamos interlocutores de outros partidos que teriam atuação muito maior”.

Esta seria para ele a justificativa para o apoio dado a certas candidaturas, a proximidade ideológica, a semelhanças de ideias entre os atores (partidários e sindicais) proporcionaria uma maior tendência a se relacionarem, tornando viável o desenvolvimento deste apoio à candidaturas do PT, pelos sindicalistas igualmente petistas, em suma, a aproximação pode ser explicado pela *homofilia*.

É possível, mas precisaríamos de maiores elementos capazes de comprovar isso, que o planejamento destes apoios possa ser desenvolvido pela elite sindical, ou a parcela mais envolvida com a política institucional, que coincidentemente ou não é aquela filiada ao PT, e que é capaz de exercer certo nível de influência sobre os membros da entidade. E3 fala que em certa vez ouvira de um associado ao sindicato que a entidade seria capaz de conseguir uma centena de votos para certo candidato, este aspecto mostra a força política dessas instituições.

A questão é que temos a possibilidade de pensarmos um *sistema político* marcado pela presença de diversos atores que se inter-relacionam independentemente da instituição a que pertencem, mostrando muito mais a existência de uma espécie de zona cinzenta entre elas do que uma fronteira definida e dividida claramente.

4 – Contrapontos: cotejando e analisando discursos (relatos)

Dahl (1988) afirma que “as definições nos ajudam a compreender a linguagem, mas, por si mesmas, não nos permitem compreender o mundo ‘real’. Para isso necessitamos de *proposições empíricas [...]*” (p. 26 – Grifos do autor) deste modo o autor busca indicar a importância da pesquisa empírica, capaz de contrapor aos discursos, as afirmativas com os dados empíricos captados, no intuito de avaliar sua veracidade, falseabilidade, ou seja, para que, “pelo menos em princípio possam ser confirmadas ou refutadas pela experiência.” (p. 26). Embora reconheça a dificuldade dessa articulação, fez-se isso, em parte, nas sessões anteriores e se buscará fazer de maneira mais intensa aqui.

Objetiva-se aqui fazer a partir de agora uma contraposição a alguns dos relatos apresentados por E1, relatos oficiais apresentados nas entrevistas, numa comparação com o que se pode captar de outros relatos. Analisar-se-á o sindicato com base nos achados a partir das entrevistas realizadas, entre sindicalista e um ex-militante do PT, é válido ainda reafirmar que aqueles também possuem filiação a esse partido.

Assumir a existência de uma relação entre partido e sindicato não era esperado no início da pesquisa, uma vez que o esperado, em geral, é que o sindicalista pudesse tender a não admitir ou reconhecer qualquer vínculo com partidos políticos, sob a pena ou risco de estarem pondo em xeque a credibilidade, mas principalmente, a autonomia do sindicato e daqueles que o dirigem.

O possível descompasso entre o que se *é* e o que se *deveria ser* que, em geral, se associa ao sindicato, é identificado em razão do apoio aberta e declaradamente dado a candidatos, a ideia de que o sindicato deveria se manter isento nos pleitos eleitorais, no envolvimento com políticos e candidatos não vigora, ainda que se traga à tona o possível risco da perda da autonomia, da liberdade e da independência, que geralmente se associa quando se trata desta relação.

Aliás, é provavelmente em razão desta possibilidade que E2, negou por inteiro a proximidade entre os partidos e a Federação, e quando disse que se em alguns momentos pôde haver certa aproximação, ela teria ocorrido pela origem sindical desses mesmos políticos que eles alguma vez possam ter se aproximado. Ainda sobre E2, ele

teria omitido que seu nome fora cogitado internamente no partido para se candidatar em 2002 pelo ao PT à assembleia de Estado, fato trazido por E1.

O Entrevistado 03 chega de algum modo a traçar possíveis explicações para a natureza dos apoios e da relação entre políticos e o sindicato de trabalhadores rurais, assim como fez E1. Essas mesmas explicações apenas são postas aqui em contraponto aos argumentos construídos até agora.

Não é meu objetivo atribuir valor de verdade a qualquer um dos entrevistados, no sentido de escolher qual dos relatos é verdadeiro e qual é falso, ou ainda hierarquizar opiniões em termos de importância, muito menos atribuir valores morais ou de ilegalidade ao comportamento dos atores envolvidos em suas situações quaisquer, somente contraponho os relatos, os discursos, as palavras dadas em entrevistas.

E3 inicia falando do processo aqui será chamado de “militância remunerada”, constituindo-se no pagamento para que pessoas façam divulgação de campanha de candidatos. Na campanha, E3 recebia mensalmente por seu trabalho de militância remunerada, que “era uns trezentos reais na época. Mas pra você trabalhar um dia sim outro não, dois dias sim dois não. Não era uma coisa certa, não. Dava uns trezentos reais mais ou menos”.

Esse dinheiro não seria única e exclusivamente para os “militantes remunerados”, mas certamente para aqueles que “gerenciavam” a campanha, a nível municipal, e segundo o entrevistado no sindicato haviam pessoas responsáveis por tais atividades, mas o entrevistado afirma que E1 *não* participou desta campanha, mesma afirmação da pelo próprio Entrevistado 01.

Aliás, para esta campanha, E1 afirma que houve presença da FETRAECE para que se unificasse o voto. Ele teria então votado em Guimarães em nome da necessidade de um voto unificado, como se observa: “O [nome de ex-integrante do sindicato] trouxe a ideia pra cá, e o sindicato tava na iminência de se dividir. Se dividir com crise interna certa e pra unificar... O pessoal da FETRAECE veio [...] Eu votei, mas não foi aquela coisa apaixonada como em outras épocas”.

E3, sobre a campanha que participara, afirma que “Os dois candidatos que o sindicato apoiava eram Nelson Martins e Guimarães, os dois. E de peito aberto, pedindo voto mesmo e tal”, o apoio aberto a candidatos ocorreria entremeadado às atividades do sindicato, já que, segundo o Entrevistado 03,

quando o [nome de ex-integrante do sindicato] ia fazer uma reunião política do Guimarães, ele tentava resolver os problemas das pessoas. Eu via isso, ele falava. Eu lembro disso. Ela falava das dificuldades das pessoas. Ele atendia à galera muito bem. Ele resolvia os problemas. Então, de certa forma na eleição ele cobrava mesmo [a ajuda que dera em troca de voto], e a galera abraçava ele. Onde ele chegava ele era muito querido, principalmente, pelo pessoal mais idoso. Eu ficava tão empolgado com tudo que eu via. O amor do pessoal que frequentava o sindicato. Ele encaminhava auxílio-doença, auxílio-maternidade. Tudo isso era ele quem encaminhava, do sindicato com toda a documentação pro INSS de Baturité, que não tinha aqui na época.

O entrelaçamento entre as atividades partidárias e as atividades sindicais é tamanho que E3 chega a considerar que “PT e sindicato se confundem muito, pois quem tá no sindicato tá no PT e vice-versa”. No entanto, E1 afirma que a maior parte da composição do sindicato não é filiada ao PT. Mas a presença dos petistas parece ser a mais influente, e capaz de mobilizar votos, principalmente em meio a essa confluência PT-STTR-Aracoiaba, já que os votos eram pedidos em nome do sindicato “O [nome de ex-integrante do sindicato] mandava e a gente dizia: ‘[Este] Era o candidato do sindicato’”:

Eu sei que a Raquel [Marques] veio e deu falas pra associados aí. É porque quando tem evento é no salão paroquial que eles colocam às vezes, no Almir Pinto [escola estadual de Ensino Médio] porque às vezes ele coloca alguma coisa aqui pro sindicato ou mobiliza os sindicatos pra todos os sindicatos virem. Aí se o [nome de ex-integrante do sindicato] chegar lá... - o [nome de ex-integrante] tem um peso muito grande dentro do sindicato -, se tiver cheio de associados lá e o [nome de ex-integrante] disser: “Ei, pessoal quando terminar aqui vamos dar uma saidinha que *a nossa deputada*, a *deputada do sindicato* tá dando uma fala.” [...] vem a cambada de gente todinha seguindo pra assistir a fala dela.

Ainda de acordo com E3, a participação de sindicalistas nas campanhas locais se daria conforme troca de apoios, inclusive para eleições internas no Partido dos Trabalhadores, onde teria ocorrido em certo momento apoio para a presidência do Partido para que o mesmo se coligasse ou tendesse a se coligar com certos partidos ou um grupo político e não a outro.

Os pleitos eleitorais disputados pelos candidatos apoiados por alguns sindicalistas marcam o campo político, caracterizado, pelo conflito entre os atores e mais especificadamente, no caso estudado, pela disputa por votos para candidatos que

precisam ser legitimados entre os associados ao sindicato, fato que ocorre mediante a influência, capital simbólico e legitimidade conquistada pelo sindicalista cabo eleitoral.

A multiplicidade de relações desenvolvidas no âmbito do sindicato, como as que foram constatadas nos leva a considerar esta instituição como recorte do campo político, integrando o campo sindical, como integrante do campo político, pelas relações que desenvolve com seus associados, a formação de certa visão de mundo, a proximidade com atores políticos locais e estaduais. Reconhece-se a complexidade das relações desenvolvidas no âmbito desta instituição, que também possui uma dimensão econômica que tem a ver entre outras coisas, com a possibilidade de interferir nas relações de produção, de salário, etc. embora isso possa se dar por a partir de atuações políticas, como reivindicações, greves, passeatas etc.

Vemos então o constante trânsito institucional entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba, o Partido dos Trabalhadores e alguns atores políticos. Tentei traçar aqui alguns pontos, que não estariam no relato dos entrevistados, que envolveria a relação entre os atores presentes nestas instituições, dentro do *campo político*.

Tudo nos leva a crer na existência de um *continuum* entre ambos, em razão da militância múltipla, o fato de que os atores além de pertencerem a um partido também estão instalados em um sindicato, havendo o compartilhamento de militantes por parte dessas entidades, esta inter-relação parece ainda, de algum modo, contribuir para que os atores mantenham uma constante ativação e atualização de seu capital social.

O aspecto da militância múltipla é explicado por sua relação com a questão da interpenetração entre as instituições e é assim definida por Silva & Oliveira (2001), para falar da relação entre partidos e movimentos sociais:

A interpenetração se expressa claramente naquilo que Mische (1997; 2008) denominou “militância múltipla”, que caracterizaria a atuação de parcela significativa dos ativistas políticos no Brasil (especialmente, mas não exclusivamente, aqueles situados à esquerda do espectro político). Segundo a autora, na medida em que se inserem e desenvolvem seu ativismo em diversas organizações sociais e, também, partidos políticos, esses militantes criam conexões e sobreposições entre essas esferas de ação, levando, em certos casos, a uma relativa diluição de suas fronteiras. (p. 96)

Deste modo, o sistema político aqui analisado baseia-se na interpenetração, trânsito e permeabilidade institucional, que parece ser desenvolvida pelos atores em razão de sua múltipla militância. As explicações para os estabelecimentos desta fluidez, ou, de maneira mais específica, para a mobilização de apoios por parte dos sindicalistas aos candidatos, são realizadas de maneiras distintas a depender de cada ator.

Considerações Finais

Analisou-se neste trabalho, inicialmente o *processo* (ELIAS, 2006) como se desenvolveu o sindicalismo brasileiro, atentando para suas particularidades no meio rural, este processo nos levou a concordar com as correntes que procuram demonstrar a centralidade do Estado, nessa relação, seu poder, bem como o caráter tipicamente brasileiro, de aproximação entre sindicatos, o Estado e outras organizações.

Viu-se ainda que a inserção de ideias ou ideologias dentro das entidades sindicais tendeu a se estabelecer, na maior parte, pela via partidária, sem nos esquecer da presença da igreja, sobretudo a Católica, bem como outras organizações como as dos maçons e os anarquistas.

Antes de tudo, procurou-se não caracterizar as possibilidades de relação entre diferentes órgãos, instituições e organizações como organismos separados, mas antes como elementos dotados de *permeabilidade*, que permite que os atores que deles fazem parte, interajam, entre em contato uns com outros, influenciando-os mutuamente, pelo *trânsito institucional* dos atores que deles fazem parte, optando-se menos pela possibilidade explicativa da cooptação, embora não se descarte por inteiro tal possibilidade.

Por esse motivo, sindicatos e partidos não se constituiriam como instituições separadas, mas mais que isso, instituições que podem ter afinidades, e de acordo com suas semelhanças e compartilhamento de ideias e visões de mundo, elas não só podem como tendem a se aproximar (*homofilia*).

Pelo caráter relacional que os atores se encontram, cada um em relação ao outro, parece provável que exista um ganho mútuo de nessa relação sindicalistas-políticos. Os capitais simbólicos, políticos e sociais parecem se reforçar a cada instante em que essa rede é acionada, esses ganhos podem não ser na mesma proporção, e não se pode descartar a possibilidade de redução desses mesmos capitais, mas esses casos exigiriam uma outra pesquisa.

Vimos, além do mais, como tem sido analisado o Estado mais recente do sindicalismo no meio rural, a partir de autores como Barreira (1992) e Pereira (2004). Principalmente, o primeiro ao procurar chamar a atenção para uma “nova ordem” no campo, marcada por um caráter de maior reivindicação por direitos no meio rural, num

processo de decadência dos coronéis, e institucionalização dos conflitos, levados adiante pela via legal, com a presença de instâncias mediadoras desses mesmos conflitos.

Na pesquisa, também foi possível perceber como os sindicalistas se utilizam de seu *capital social e simbólico* para mobilizar votos para certas candidaturas, dentro do *campo político* em períodos eleitorais, e não se pode jamais esquecer que eles desenvolvem as relações num contexto de impessoalidade e que estão a pedir votos a parentes, amigos, conhecidos etc.

Influência dentro do *campo* pode, de algum modo, se dar pelo fato de que, ao acumularem capitais simbólicos, políticos e sociais, sindicalistas e/ou políticos podem assim, exercer alguma forma de influência por sobre os demais indivíduos que integram este campo, em razão da legitimidade acumulada dentro deste espaço social.

O cerne da pesquisa foi exatamente tentar entender quais elementos motivam essa relação partido-sindicato e o porquê de a mesma se desenvolver sempre com o PT ou partidos aliados a este. Embora os relatos encontrados não nos deem certeza, é possível afirmar que as possibilidades explicativas abertas pelos entrevistados, mesmo que possam ser em alguns momentos ambíguos, disputam legitimação enquanto explicação para a relação sindicato-partido dentro do campo político.

Ao se desenvolver a pesquisa encontrou-se uma relativa dosagem de ambiguidade nos discursos apresentados pelo sindicalista entrevistado, primeiramente, em resposta a um formulário, onde ele tenta justificar o apoio dado aos políticos, afirmando se tratarem de seus “interlocutores”, pessoas que “estão mais próximos do poder maior, têm informações sobre as políticas e programas, o diálogo com as instituições do governo, se tornam mais fácil.”; numa entrevista pessoal, a “interlocução” que ele diz existir é reconhecida como pequena, em razão dos posicionamentos, algumas vezes, contra o governo por parte desses políticos e pela limitação da atividade parlamentar; mas ao ser indagado se esta mobilização de voto lhes trariam algum benefício, a resposta dada é “não”, a insistência na pergunta, faz ele responder que “agente nem precisa desse povo”, justificando que o apoio é por afinidade ideológica.

Enquanto isso, o discurso do ex-militante do PT apresenta fatos como a possível troca de apoio a candidaturas internas no partido, promovido por políticos, militância e apoio político remunerado, além da utilização de táticas ou estratégias marcadas pela

tentativa de fazer da legitimação adquirida no sindicato possibilidade de mobilização de votos para candidatos pelo PT.

Vimos também não só o sindicato, mas também o contexto onde ele se insere, uma cidade marcada por um conjunto de relações políticas com forte tendência clientelística, com administradores muitas vezes autoritários, nepotistas, dispostos a perseguir opositores, com burocracia sem qualificação, economia pouco desenvolvida e população sem altos índices de escolaridade e sem muitas oportunidades de qualificação e emprego. Este mesmo governo municipal, segundo o entrevistado sindicalista, em outros tempos agiu de forma prestando “serviços de saúde” neste sindicato. Situação rompida quando “os cutistas” assumem o STTR.

A partir de 2001, quando um grupo de oposição cutista, ganhou as eleições sindicais, esta aliança foi rompida e o sindicato passa a assumir uma postura de independência e de oposição propositiva e de cobrança das políticas públicas para o campo

Santos (2011) analisa diversos elementos que teriam contribuído para a formação de uma percepção de “novo” sindicalismo em contraposição ao “velho”, que, óbvio, se desenvolvia antes daquele, que parece estar presente de modo análogo na fala do sindicalista. Percebe ela o modo (“positivado”) como os cutistas classificam a si e (pejorativamente) seus antecessores.

Constata-se algo semelhante no discurso do Entrevistado 01, quando este se coloca e coloca o seu grupo de cutistas distintos dos demais grupos que passaram pelo sindicato que eles integram. Parece ficar forte a ideia de rompimento com (supostas) práticas do passado, desqualificando-as em favor de uma supervalorização de seu grupo e do “cutismo”.

Dito isso, de forma mais objetiva, como podemos traçar possíveis elementos para explicar e caracterizar a relação, particular, entre o STTR-Aracoiaba e o PT? Não tenho explicações definitivas, mas é possível elencar algumas possíveis hipóteses, que continuarão, provavelmente, sempre incompletas, mas cuja tentativa se faz necessário. Assim, concordo com Weber (1992) que se opõe às monocausalidades, considerando

necessário que se considere as várias possibilidades que expliquem as causas dos fenômenos, assim também considero: que outros elementos explicam tal relação.

É provável que o sistema eleitoral em lista aberta, que tende a personificar o voto possa ser o fator institucional que proporcione este apoio sistemático a candidatos, apoio dado pelas figuras mais proeminentes do sindicato que passam a apoiar intensamente certas candidaturas em detrimento de outras.

Outro aspecto institucional que se poderia trazer diz respeito ao fato de que relações deste tipo só podem ser uma característica do regime democrático moderno, marcado, entre outras instituições políticas, pelo voto universal e eleições regulares (DAHL, 2001) além da “possibilidade de participar das decisões” (DAHL, 1988, p. 14), elementos que contribuem para a aproximação entre as instituições – a sindical e a partidária -, já que proporcionam que políticos busquem eleitores (sindicalistas) e vice-versa.

Aspectos históricos (*processuais*) como a “origem sindical do PT”, a constante presença de petistas em sindicatos, tradicional presença de ideologias partidárias dentro de sindicatos brasileiros, a origem igualmente sindical de alguns candidatos pelo PT, podem ser levados em consideração para explicarmos a tendência à aproximação entre PT e sindicatos (onde poderíamos novamente adentrar à questão da *homofilia*).

A *militância múltipla*, o fato de que os sindicalistas também são filiados ao PT, ou, se preferir, o fato de que alguns petistas são sindicalistas, também ajuda-nos a entender os motivos de tal relação, bem como o *trânsito e permeabilidade* entres estas instituições, fazendo gerar um *capital social* por entre aqueles que integram estas mesmas organizações.

É preciso considerar também que o capital simbólico e político acumulado pelos sindicalistas lhes “habilitam” junto à população a conquistar votos para políticos, ao mesmo tempo em que, embora isso não tenha sido identificado empiricamente, a relação com o político também lhes sirva para “aumentar” seu *capital político* perante esses mesmo eleitores. Assim, político e sindicalista, têm seus capitais simbólicos reforçados mutuamente, um em decorrência do outro.

Há possibilidades de existir práticas clientelísticas dentro de uma instituição sindical, embora não se afirme nem se confirme isto nesta pesquisa; além do mais, possíveis acordos (mediados por dinheiro ou não) selados com certos candidatos,

precisariam ser investigados mais a fundo. Isto é difícil, já que os acordos podem se dar pelos mais diferentes motivos, inclusive por aqueles que não podem, não devem ser ditos por razões quaisquer.

Mas, poderíamos nos perguntar: o que há de novo no âmbito das relações no campo e que aqui não foram expostos? Certamente poderíamos incluir, entre outros elementos, a diminuição dessa população, o crescimento de uma classe média que acessa bens de consumo e entre tantos outros, o Programa Bolsa Família (programa de transferência de renda às famílias de baixa renda), elemento posto pelo E1 como desmobilizador, já que as pessoas deixariam, segundo ele, de reivindicar por se contentarem com a bolsa.

Enquanto isso, o mesmo Programa Bolsa Família é posto pelos fazendeiros como um elemento capaz de não incentivar as pessoas ao trabalho, ouvi relatos de fazendeiros que diziam, “hoje em dia, ninguém quer mais trabalhar”, a afirmação esconde, não seria exagero considerar, o nível de exploração do trabalho desenvolvido no campo. É provável que tenha ocorrido certo aumento no valor da mão-de-obra no campo, mas certamente este fato não se dá pelo “desinteresse” da “oferta” em trabalhar. Ocorre que o agricultor, pode desenvolver certa quantidade de força que antes não tinha, pode por assim dizer, “dar-se ao luxo” de “barganhar” sua própria força de trabalho que é obrigado a vender. Essa “barganha” ocorre em meio à garantia de que alguma renda mínima ele terá ao fim de um mês.

Independente das possíveis implicações que os atores do campo julgam sobre o Bolsa Família, se voltarmos à questão da relação sindicato-partido temos como fatores explicativos para esta relação, a possibilidade de influir nas políticas públicas, por meio de um “voto unificado”, ao se eleger alguém como “interlocutor”, embora, como se pode perceber, essa interlocução ainda precise ser aperfeiçoada, já que ela nem sempre parece ocorrer ou ocorre com dificuldades.

Se antes (tomando o trabalho de Barreira como referência), o voto no patrão ou no candidato do patrão, além do conjunto das relações desenvolvidas no campo, pode ser vistas como sinônimo de dominação e uma reprodução dessa mesma dominação, hoje o voto no “interlocutor” dos trabalhadores, de origem igualmente sindical, não conseguiu ainda, ao menos no âmbito da cidade estudada nenhuma política que impacte diretamente no cotidiano dos trabalhadores do campo.

Essa mesma condição é justificada pelo fato de que os votos dados aos candidatos eleitos foram poucos e pelo fato de eles (os sindicalistas) não terem ido buscar esses políticos, ou seja, a ausência de procedimentos de coerção. Ao mesmo tempo em que os poucos votos concedidos aos ditos “interlocutores” são explicados como potenciais fatores explicativos para a ausência de “interlocução”.

De todo modo, o campo político, como qualquer outro campo, marcado por disputas, parece ainda guardar mais um conflito, que para o nosso caso envolve: explicar o fenômeno das relações políticas entre sindicalistas e candidatos a cargos eletivos. Pode-se interpretar que as diversas justificativas dadas pelos entrevistados, encontram-se como que numa espécie de disputa pela “verdadeira” explicação da relação sindicato-partido.

Os Entrevistados 01, 02 e 03, a partir de seus relatos, opiniões e visões de mundo, têm cada um, seus próprios meios para explicar, pela eficácia das palavras, de que modo sindicalistas e políticos se inter-relacionam. Suas palavras justificam distintamente esta relação disputando legitimidade dentro do campo político.

Sejam quais forem as explicações, na relação entre sindicalistas e políticos, eram esperados de minha parte possibilidade de influência, de forma mais intensa nas políticas públicas, por parte dos trabalhadores rurais. Num cenário marcado pela informalidade de trabalho, por desigualdades na distribuição de terra, pela falta de assessoria técnica, por uma educação pública necessita de grandes melhorias, e principalmente, onde a possibilidade de seca é temida e determinante nas relações econômicas, como é no campo cearense e, sobretudo, o aracoiabense, fica sempre esperança de que a interlocução – sem aspas - possa um dia acontecer de fato, e que ela possa repercutir em benefícios coletivos, para que as pessoas que da terra dependem possam ter, enfim, terra própria para trabalhar e se sustentar de forma autônoma.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2000, n., pp. 111-124.

_____. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000). *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, 19, 2002, p. 71-94.

ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino. Redes sociais e capital político: definição uma abordagem de análise das organizações partidárias brasileiras. In: VI Semana de Pós-Graduação em Sociologia, 2007, Araraquara. *Anais da VI Semana de Pós-Graduação em Sociologia*, 2007.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: *Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

_____. De Volta para o Novo Corporativismo: a trajetória política do novo sindicalismo brasileiro. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 08, Nº 03, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social. *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, Vol. 31, Nº 01, 1980. p. 2-3.

_____. A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O Poder Simbólico*. 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Por uma Ciência das Obras. In: _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acessado em 22 de Out. de 2012.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Interacionismo e Interdependência: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para uma História Social. In: I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Juiz de Fora, 2005. *Anais do I Colóquio do LAHES*, 2005.

CAMPOS, Marcos Paulo. A formação do MST e a luta pela terra no final dos anos de 1980 no Ceará. In: VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural - ALASRU,

2010, Porto de Galinhas - PE. *VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural*, 2010.

CANIELLO, Marcio. O Ethos Sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. In: *Mana*, n. 9, p. 31-56, 2003.

CIOFFI, Leandro. Sindicalismo Brasileiro: história, ideologias, legitimidade e direito. *Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 9, n. 1, pp. 43-56, 2008.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

DAHL, Robert Alan. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Análise Política Moderna*. Brasília: 2ª Ed. Editora Universidade de Brasília, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, pp. 196-206.

_____. *A Elite Dirigente do Governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: _____. *Escritos & Ensaios*; 1: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. Prefácio à Edição Inglesa. In: _____. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, Nº 62, ANPOCS, São Paulo, 2006, pp. 27-44.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

KRISCHKE, Paulo J. O Sindicalismo e a Trajetória do PT. In: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. N. 85: Florianópolis, 2006.

LIMA, Cristiane Leyendecker de. *A Relação Sindicato/Partido: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2004.

MARQUES, Eduardo Cesar. Os mecanismos relacionais. In: *RBCS*, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.

_____. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. In: *RBCS*, n. 2, vol. 60, 2006. p. 15-42.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____. Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. *Sobre o Sindicalismo*. 2ª Ed. – Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Rev. Soc. Pol.*, Curitiba, Vol. 20 p. 115-134, 2003.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980.

MONTENEGRO, Antonio T. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucíola de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo e a experiência*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 242-271.

NOGUEIRA FILHO, Otaciano da Costa. *Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro*. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2012a.

_____. *Introdução à Análise Política*. Brasília: Senado Federal, Universidade do Legislativo, 2012b.

NOGUERA, Rycardo Wylles Pinheiro. *Memórias de Salomão Alves de Moura Brasil: reflexões sobre uma escrita de si (1990-2012)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Quixadá, 2012.

OLIVEIRA, Helder Canal de. Os sindicatos e os movimentos sociais na "Era Vargas". *Horizonte Científico*, Uberlândia - MG, v. 5, 2011.

OLIVEIRA, Gerson de Lima. *Permeabilidade e Trânsito Institucional: A Relação entre Sociedade Civil e Estado a Partir das Trajetórias de Militantes-Gestores na Políticas de Economia Solidária no Rio Grande do Sul – Os Casos de Porto Alegre (1996) e do Governo Estadual (1999-2002)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Anauê: os camisas verdes no poder*. Fortaleza, Edições UFC, 1986.

PEREIRA, Sônia. A Contribuição do Homem Simples na Construção da Esfera Pública: os trabalhadores rurais de Baturité – Ceará. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, 2004.

RODRIGUES, Almir Sandro. A Federação dos Agricultores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção. In: Brandenburg, Alfio; Ferreira, Ângela Duarte Damasceno (et al.) (Orgs.). *Ruralidades e Questões Ambientais. Estudos sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Partidos, Ideologia e Composição Social. *RBCS*, vol. 17, n. 48, 2002.

SCHMITT, Cláudia Job. Rede, Atores, e Desenvolvimento Rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. In: *Sociologias*, n. 27, 2011.

SANTOS. Raphaela de Almeida. A CUT, o “Novo Sindicalismo” e as Reconstruções da Memória do Movimento Operário Brasileiro. *Espaço Plural*, n. 24, 2011.

SANTOS, Jovelina. Em Campo contra o Inimigo Vermelho: a Igreja Católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará. In: *SÆCULUM* n. 26: João Pessoa, 2012.

SANTANA. Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimentos sindical brasileiro. In: *RBCS*, vol. 14, nº 41, 1999.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. In: *Sociologias*, n. 16, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath; ZANATA JR. Rui. Diz-me com Quem Andas, Que Te Direi Quem És: Uma – breve – introdução à análise de redes sociais. In: *Revista USP*, n. 92, São Paulo, 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A Face Oculta(da) dos Movimentos Sociais: transito institucional e inserção do Estado-Movimento – uma análise do movimentos de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: *Sociologias*, n. 28, 2011.

THOMAS JÚNIOR, Antonio. O Sindicalismo Rural no Brasil: no rastro dos antecedentes. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona N°15, 1998.

VELOSO, Giovana Rocha. *Clientelismo*: uma instituição política brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

WEBER, Max. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: _____. Metodologia das Ciências Sociais, parte 01: Cortez, Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.